



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

MATEUS BARUCI IGNÁCIO

A EXPANSÃO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E SUA  
MARCANTE INFLUÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO

o caso de Cristalina-GO

BRASÍLIA, DF

2014

MATEUS BARUCI IGNÁCIO

A EXPANSÃO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E SUA  
MARCANTE INFLUÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO

o caso de Cristalina-GO

Monografia apresentada ao Departamento de  
Geografia da Universidade de Brasília como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo  
Sobrinho

BRASÍLIA, DF

2014

MATEUS BARUCI IGNÁCIO

A EXPANSÃO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E SUA  
MARCANTE INFLUÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO

o caso de Cristalina-GO

Monografia apresentada ao Departamento de  
Geografia da Universidade de Brasília como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo  
Sobrinho

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo Sobrinho

---

Prof. Msc. Edilene Américo

---

Prof. Msc. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja

Brasília, 18 de Novembro de 2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade, ao Departamento de Geografia e seu corpo docente que oportunizaram minha formação cidadã e intelectual.

A meu orientador Professor Doutor Fernando Luiz Araújo Sobrinho pelo suporte no tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## **RESUMO**

A acelerada disseminação do modo capitalista de produção no mundo, aliada ao avanço tecnológico e a subsequente instalação de um mercado globalizado, provoca em mesmo nível marcantes modificações e adaptações das economias do mundo, principalmente em nações caracterizadas pela economia baseada na produção de matéria prima. O Brasil, que historicamente reproduz uma estrutura fundiária arcaica representada por latifúndios, encontra-se como um desses países fortemente afetados, principalmente devido à alta capacidade produtiva de seu setor agrícola. Este trabalho estuda o caso do município de Cristalina, no estado brasileiro do Goiás, tornando possível a identificação, em caráter local, das consequências desenfreadas da lógica consumista no mundo pós segunda guerra, pois tem seu espaço readaptado em mesmo momento, modificando drasticamente as relações produtivas que o permeiam.

Palavras-chave: produção agrícola, modernização, Cristalina.

## **ABSTRACT**

The fast emerge of the capitalist methods of production in the world, coupled with technological advances and the subsequent installation of a global market causes a remarkable level modifications and adaptations of world economies, characterized by mainly based on the production of raw material economy nations. Brazil, which historically have an archaic agrarian structure represented by landlordism, is exactly a country heavily affected, principally due to high productive capacity of its agricultural sector. This monograph studies the case of Cristalina, a city in the Brazilian state of Goiás, as the possibility to identify, in local character, consequences of unbridled consumerist logic after the post second world war, it has readjusted its space at the same time, dramatically changing the relationship productive that permeate it.

Key-words: agricultural production, modernization, Cristalina.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01.	Controle do território no período colonial.....	13
Figura 02.	Trabalho indígena na estruturação dos engenhos do Brasil Colônia.....	17
Figura 03.	Primeiro assentamento do MST. Ronda Alta (RS), 1981.....	30
Figura 04.	Devastação do cerrado até 2002.....	46
Figura 05.	Localização do município de Cristalina (GO).....	53
Figura 06.	Produção de soja no município de Cristalina, a preços do ano 2000 em R\$/ano.....	58
Figura 07.	Área plantada de soja no município de Cristalina em hectares (ha)/ano.....	59

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01.	Estimativa dos escravos africanos chegados ao Brasil.....	18
------------	---	----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA: A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FUNDIÁRIA DO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
1.1 Capitâneas Hereditárias e o Sistema de Sesmarias (Século XVI).....	13
1.2 Povos indígenas, primeira força de trabalho (escrava) da Colônia (Século XVI).....	14
1.3 Economia escravista açucareira (Séculos XVI e XVII).....	17
1.4 A nova mão de obra no Brasil e a estruturação do Estado-nacional (Século XIX).....	20
1.4.1 Lei de Terras de 1850.....	23
1.5 Constituição Federal de 1946 e Estatuto da Terra de 1964.....	24
1.6 Os movimentos sociais de luta no campo e sua desarticulação no período do Governo Militar de 1964.....	26
1.6.1 Surgimento do MST (década de setenta e oitenta).....	29
<b>Capítulo 2. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA E A GLOBALIZAÇÃO (Século XX e início do XXI).....</b>	<b>32</b>
2.1 Renda da Terra.....	33
2.2 A modernização da agricultura no campo brasileiro.....	38
2.2.1 Meio técnico-científico-informacional.....	39
2.3 Revolução Verde.....	42
2.4 Expansão da fronteira agrícola nacional.....	44
2.5 Agricultura familiar X Agronegócio.....	48
<b>Capítulo 3. ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE CRISTALINA NA ÓTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA.....</b>	<b>52</b>
3.1 Caracterização da área de estudo.....	52
3.2 História e economia do município.....	54
3.2.1 Programa PRODECER e sua influência no município.....	56

3.3	A expansiva Cultura de Soja e sua influência espacial.....	60
3.4	A atuação do Sindicato Rural de Cristalina.....	61
3.5	A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....</b>		<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária brasileira, caracterizada pela disposição histórica dos latifúndios, e que por muitos momentos se apresenta como uma clara reprodução arcaica das políticas territoriais que se assemelham aquelas da época de Brasil Colônia, é palco para uma série de conflitos rurais, agrários e de manutenção da desigual e expropriante dinâmica capitalista do modelo produtivo de um mercado globalizado.

Com o avanço tecnológico e as modernas tendências consumistas mundiais, o modo capitalista de produção invade fronteiras e readapta as relações produtivas em todo o mundo. O agronegócio vem se apresentando como a principal ferramenta de expansão e manutenção dessa lógica nos setores agrícolas em todo o planeta, uma vez que delimita o foco produtivo das economias e cria a necessidade de modernização dos meios de produção, o que por sua vez abre espaço para o mercado de insumos da agroindústria.

A lógica consumista do modelo socioeconômico vigente não atinge apenas os anseios de consumo do indivíduo social, mas também atinge e altera a atividade do Estado em uma nação. Recriando sua função, se torna mais um meio de propagação do desenvolvimento capitalista e atua na reconfiguração política em atendimento às demandas do mercado globalizado.

Utilizando neste trabalho, os momentos de campo e coleta de dados realizados no município de Cristalina, no estado do Goiás, essas questões supracitadas serão abordadas de forma a evidenciar, em caráter local, as consequentes modificações provocadas pela acelerada expansão do modo capitalista de produção no mundo.

Mais que um município que se encontra em solo e condições climáticas privilegiados para o plantio, Cristalina é exemplo claro da modificação das relações produtivas, econômicas e espaciais provocadas pela assimilação da lógica consumista e dos programas públicos desenvolvimentistas que passam a ansiar majoritariamente pelo aumento de lucros, e cada vez menos por problemáticas sociais de sua população.

## **Capítulo 1. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA: A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FUNDIÁRIA DO BRASIL**

No início da ocupação do território brasileiro as atividades exploratórias do Pau-Brasil e da Cana-de-Açúcar desenvolvidas pelos colonizadores europeus motivaram a ocupação e interiorização do desbravamento do território da então colônia.

Com a chegada dos europeus e o subsequente processo de exploração e colonização do território estabeleceu-se a conflituosa relação das posses de terra, questão que se firmou marcante na caracterização da estrutura fundiária do Brasil.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar naquela que foi a primeira vila portuguesa fundada em território brasileiro: a vila de São Vicente, localizada no litoral do atual estado de São Paulo, fundada pelo nobre e militar português Martim Afonso de Sousa em 1532. A fundação da vila foi desdobramento da tomada e defesa da posse do território, bem como o combate a exploração e comercialização que outros povos colonizadores tentavam realizavam as margens litorâneas do Brasil.

Este nobre almejava a colonização, povoamento e ocupação do território, expandindo assim os domínios do Coroa Portuguesa e desenvolvendo uma atividade produtiva fortemente baseada na cultura da cana-de-açúcar, que se tornaria produto importantíssimo e característico da economia do final século XVI no Brasil (MARQUESE, 2006).

Além da missão militar do combate ao contrabando das riquezas da colônia, Martim Afonso de Souza trouxe com ele em sua vinda de Lisboa uma “armada de navios, gente, armas, apetrechos de guerra e nobres povoadores, tudo à sua custa” (LEME, 2004, p. 70) enfrentando também aqui, sem sucesso, nativos que representassem obstáculos à demarcação de minas para extração de minérios interessantes a seus mandatários:

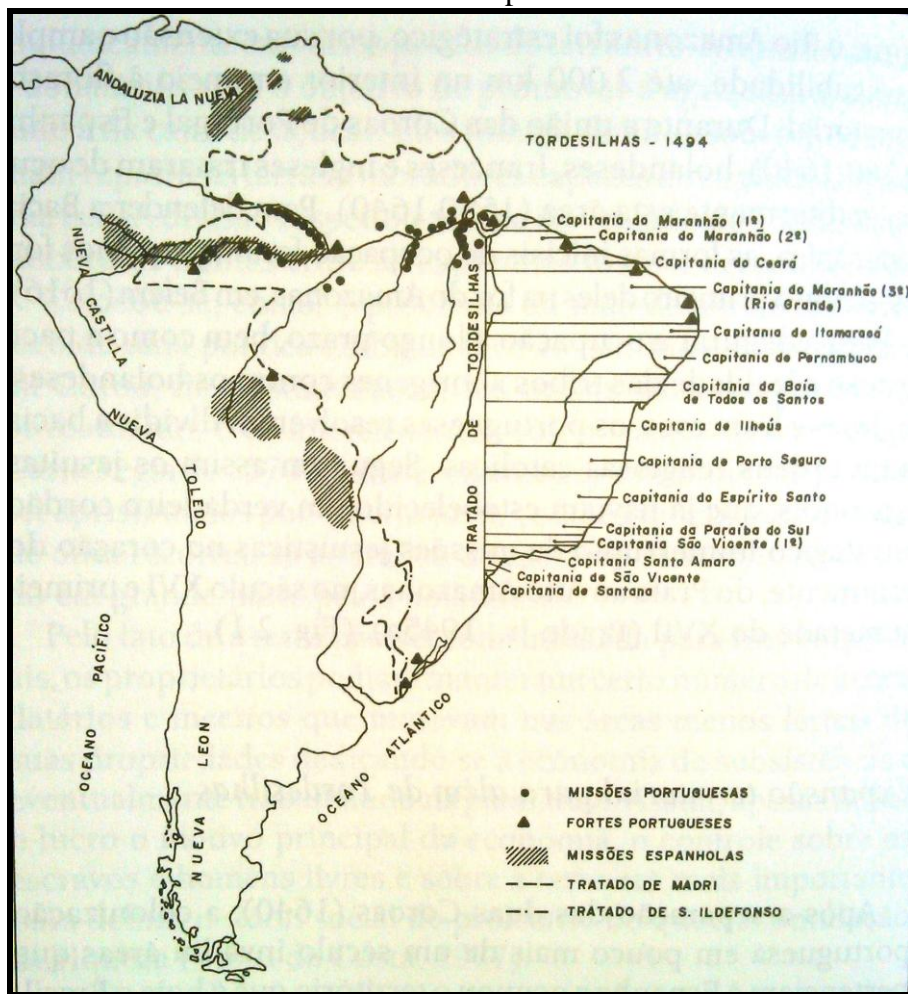
“Martim Afonso de Sousa intentou conseguir descobrimento de minas: preparou uma grande tropa e bem fornecida de armas contra o poder da multidão dos índios que habitavam o sertão da costa do sul; porém com a rota que teve perdendo oitenta homens as vidas, ficou sem efeito a pretendida diligência: contudo deixou ordenado que se continuasse a guerra contra os índios inimigos” (LEME, 2004, p. 71 e 72)

## 1.1 Capitanias Hereditárias e o Sistema de Sesmarias (Século XVI)

Martim Afonso, a partir de sua missão colonizadora das terras que a Coroa Portuguesa havia tomado posse por aquisição originária, ou seja, conquista direta de território não reclamado, abriu a premissa para que Dom João III estabelecesse quinze capitanias doadas aqueles que seriam intitulados de capitães donatários.

Os beneficiários dessas doações eram em sua grande maioria nobres e militares portugueses que por sucessos em missões ou influências reais foram elencados para tal. Tinham autonomia política e a finalidade de se fazer representar a Coroa Portuguesa em terras colonizadas, assim como a ocupação das terras através da repartição das mesmas em sesmarias, dadas aos cristãos que ali pretendessem colonizar, defender e produzir alimentos.

FIGURA 01: Controle do território no período colonial.



(Fonte: adaptado de ALBUQUERQUE *et al*, 1980; *apud* BECKER e EGLER, 1994, p. 44)

Devido à expansão marítima e à busca de novas rotas para o Oriente pelos países ibéricos foi firmado o Tratado de Tordesilhas que delimitava o pertencimento das terras de Portugal e Espanha e estabelecia, então, o limite das capitanias.

As capitanias hereditárias, assim como o sistema de sesmarias, foram o alicerce para a instalação dos engenhos de açúcar e da efetiva representatividade econômica da produção agrícola do Brasil Colônia no século XVI.

O sistema de sesmarias é, por sua vez, uma forma de distribuição de terras elaborado por Portugal no século XIV, que devido a incapacidade do estado da época em organizar a produção de alimentos por vias diretas, de fiscalização e intervenção, titulava direitos de posse dentro de prazos estabelecidos para sua produção. Muito mais que um método de distribuição de terras e incentivo à produção alimentícia da época, o sistema de sesmarias além mar na colônia portuguesa se mostrou uma verdadeira política de povoamento e efetiva distribuição populacional, com fins não simplesmente produtivos mas de efetiva ocupação e colonização das terras descobertas, incluída a atividade de escravização dos povos ameríndios aqui obstáculos do processo colonizador.

## **1.2 Povos indígenas, primeira força de trabalho (escrava) da Colônia (*Século XVI*)**

Para os indígenas, mesmo com a diferenciada noção de posse de terras e territórios entre tribos, a propriedade da terra era coletiva, de acordo com os limites territoriais e as conquistas de território de cada etnia (MELATTI, 2007). Os índios foram, nessa ótica, os primeiros a sofrer com a violência dos conflitos sociais no campo brasileiro, submetidos a um etnocídio<sup>1</sup> e genocídio<sup>2</sup> histórico por parte dos colonizadores portugueses aqui desbravadores do novo mundo, facilitado pelas desavenças e guerras intertribais dos indígenas, pelas inovações tecnológicas (armas de fogo, cavalos, canhões, espadas) e doenças as quais os indígenas não possuíam imunidade e tecnologias para prevenção. (OLIVEIRA, 2001, p.190)

---

<sup>1</sup> Tipo de genocídio onde se destrói a cultura de um povo ou etnia. No caso, a escravização dos povos indígenas era abruptamente necessária para os interesses da Colônia, resultando assim o etnocídio dos povos.

<sup>2</sup> Extermínio e desintegração de uma dada comunidade. Resultante dos processos de conquista e submissão dos povos originários das terras colonizadas para a transformação destes em mão de obra escrava.

Desapropriados de suas terras e de sua produção e cultura, os povos ameríndios aqui confrontados pelo processo de colonização português tornaram-se o mão de obra escrava no começo da colônia de exploração aqui instituída e submetida às decisões da Coroa Portuguesa. A escravidão do indígena se deu por conflitos tribais, subservência de alianças indígenas, colonos e até mesmo da escravidão voluntária. Esta última que, nas colocações de Eisenberg (2004), foram fruto da característica violência das investidas militares da Coroa Portuguesa a partir do litoral em direção ao interior do território, assim como o deslumbramento dos povos ameríndios para com o novo, trazido pelo português. e das missões jesuíticas civilizadoras, no início do século XVI.

“[...] não devemos esquecer que, para os índios, a submissão voluntária às vezes representava uma maneira conveniente de se protegerem contra os ataques dos colonos e também de evitarem a integração forçada nas aldeias, onde teriam de viver segundo os modos e moral cristãos.” (EISENBERG, 2004, p. 11)

Abdicar de sua liberdade para garantir a sua própria sobrevivência e a de sua família, ameaçadas pelos conflitos com outras tribos indígenas e ampliada pelas alianças entre europeus e indígenas, era o real fator impulsionante desse voluntariado. A exploração da mão de obra desses escravos voluntários permitia a eles a manutenção e reprodução de suas tradições, e ainda garantia-lhes alguma proteção da imposição dos valores religiosos jesuítas, das investidas de guerra e conquista de outras tribos, e do próprio europeu desbravador de terras. Assim se formava o principal contingente da mão de obra agrícola no Brasil do início do século XVI.

Podemos, nesse contexto de perda de suas terras e transformação de sua condição de produtor livre e subsistencial<sup>3</sup> em mão de obra escrava, estabelecer algumas relações de semelhança do indígena nativo do território, detentor de cultura e hábito agrícola próprios, com a expropriação do agricultor de pequena propriedade e produção familiar durante a expansão da fronteira agrícola nacional do século XX, do qual abordaremos mais adiante.

Por outros motivos não tão retrógrados quanto às guerras intertribais, a agricultura familiar do século XIX, que cultivava em suas terras com mão de obra essencialmente familiar visando produção de subsistência e demanda local, também passou por um momento

---

<sup>3</sup> A agricultura de subsistência é o conceito amplo de caracterização das formas de produção agrícola em pequena escala, em minifúndios. O produtor, normalmente trabalhador do campo e originário de família rural, produz no âmbito de garantir a sobrevivência própria, de sua família ou comunidade em que está inserido.

de violência direta e indireta, tendo como marco o início do século XIX com “a estruturação do Estado-nacional, a transformação da terra em mercadoria, a abolição da escravidão, a formação da classe trabalhadora, etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 173).

É necessário evidenciar aqui a semelhança atemporal de expropriação e territorialização entre os indígenas escravizados do século XVI e o pequeno produtor brasileiro do século XIX, que em contextos distintos sofreram com a violência direta e indireta da imposição capitalista e da expansão produtiva.

Pequeno produtor esse do século XIX que foi, portanto, levado a sua retirada, ora consentida, ora por violência direta, da terra em busca de melhores – entendam-se razoáveis e subsistenciais, quase que instintivamente necessárias – condições de vida no emergente e atrativo urbano ou na proletarianização de sua mão de obra rural em horizontes monoculturais de terras, o grande latifúndio<sup>4</sup> (OLIVEIRA, 2006). Tendo comparadas as duas expropriações, a do indígena do século XVI e a do pequeno produtor do XIX, não é difícil se associar ocorrências cíclicas da marginalização e exclusão do pequeno produtor e considerá-las fatos recorrentes da problemática fundiária nacional, desde o Brasil Colônia.

A lógica da propriedade de terras e a dinâmica produtiva agrícola do Brasil Colônia, apesar de retrógradas e teoricamente superadas, são facilmente correlacionáveis se comparadas ao latifúndio atual brasileiro.

As grandes monoculturas<sup>5</sup> com mais de 10 mil hectares de propriedade privada<sup>6</sup> singular, a mão de obra rural desvalorizada e explorada, e o tratamento da terra enquanto mercadoria são fatores que se perpetuam na conflituosa história da mão de obra rural do Brasil. São também fatores característicos da desigualdade social, de má distribuição de renda e de poder econômico de um país em desenvolvimento que depende fortemente da produção

---

<sup>4</sup> Um latifúndio é uma extensa propriedade agrícola na mão de um só proprietário, costumam representar culturas específicas e singulares e se caracterizam pelo baixo rendimento no uso da terra, caracterizando-a improdutiva ou indevidamente aproveitada.

<sup>5</sup> A monocultura é uma forma de produção agrícola onde apenas um tipo de produto agrícola é produzido. Está fortemente ligado ao latifúndio, onde além dos danos ambientais à biodiversidade e a fertilidade do solo, representa e necessita a concentração fundiária para sua efetividade produtiva.

<sup>6</sup> Direito de posse e pertencimento do indivíduo ou grupo. Principal fundamento do sistema capitalista e de suas desigualdades.



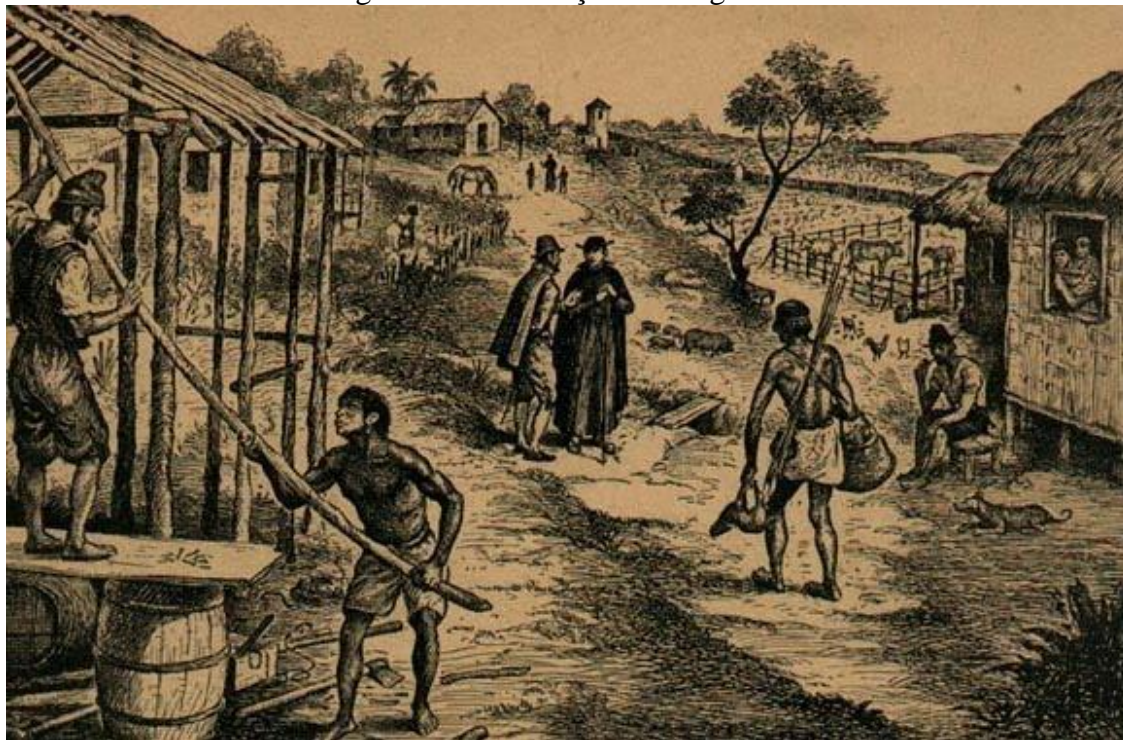
agrícola para seu desenvolvimento. A produção agrícola em médias e grandes explorações com utilização intensa de máquinas e insumos químicos reduz a necessidade da incorporação do trabalho vivo ao processo produtivo, reduzindo o contingente humano na força de trabalho do campo e influência a migração do trabalhador rural na busca por subempregos na cidade.

No entanto, neste debate iremos aprofundar mais adiante, aproveitando este momento apenas para deixar evidenciadas as semelhanças entre processos de expropriação e conflitos sócio-territoriais antigos, com a problemática fundiária brasileira de hoje, que se perpetua.

### 1.3 Economia escravista açucareira (Séculos XVI e XVII)

A partir de 1530, e do incentivo da Coroa Portuguesa na construção de engenhos de açúcar na colônia, o recrutamento de mão de obra se ampliou e gerou novas necessidades, entretanto, apenas em 1570 foi efetiva a implementação dessa produção agrícola no litoral. A mão de obra dominante na produção agrícola da colônia era, até então, majoritariamente indígena, e, inclusive, “a mão-de-obra empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foi predominantemente indígena” (MARQUESE, 2006).

FIGURA 02: Trabalho indígena na estruturação dos engenhos do Brasil Colônia.



(Como visto em: <http://escravidaoportuguesa.blogspot.com.br/>, em 03/10/2014)

Uma vez que a pressão dos lucros do tráfico negreiro era atrativa, numa via de mão dupla, à adaptação às práticas mercantis e agrícolas da colônia, deu-se espaço à mão de obra do negro escravizado proveniente do continente africano, em meados do século de XVI. Agora atraída pelo mercado de exportação do açúcar para países europeus, a produção de cana-de-açúcar necessitava a expansão produtiva em vista as novas demandas de mercado e o potencial produtivo das terras da colônia.

O tráfico de escravos africanos era o ramo mais importante do comércio de importação do Brasil Colônia a partir de 1530, a crescente e incessante chegada de mão de obra escrava em território nacional garantia a manutenção produtiva e o crescimento da economia açucareira.

Estava assim caracterizada a primeira mão de obra agrícola nacional. A economia do período colonial brasileiro se resumia, então, em três atividades: latifúndio, monocultura e mão de obra escrava, sendo esse último o alicerce para o desenvolvimento da economia colonial brasileira.

TABELA 01: Estimativa dos escravos africanos chegados ao Brasil

Período	Número	Média Anual	% sobre o total de escravos chegados à América por século
1531-1600	50.000	725	22
1601-1650	200.000	4.000	43
1651-1700	360.000	7.200	-
1701-1750	790.200	15.804	30
1751-1780	495.300	16.510	-
TOTAL	1.895.500	-	33

(Fonte: IBGE, 1990 *apud* BECKER e EGLER, 1994, p. 49)

Aos poucos esse contingente de trabalhadores africanos assumiu importante papel na cadeia produtiva nacional. A preferência pela mão de obra do escravo negro se reforçou com as várias epidemias que, a partir de 1560, dizimaram os escravos indígenas, tornando-se absoluta quando, em resposta à pressão dos jesuítas, foram promulgadas leis por parte da coroa portuguesa proibindo parcialmente a escravatura de indígenas:

"proibiam a escravização dos índios convertidos e só permitiam a captura de escravos através de guerra justa contra os índios que combatessem ou devorassem os Portugueses, ou os Índios aliados, ou os escravos; esta guerra justa deveria ser decretada pelo soberano ou pelo Governador Geral". (PEIXOTO, 2009, p. 70)

Dessa forma, e sendo o Brasil mercado promissor para o tráfico negreiro, juntamente com a necessidade de expansão produtiva da cana-de-açúcar para o mercado internacional, deu-se a mudança da configuração da mão de obra agrícola no Brasil. Proveniente, portanto, de interesses econômicos e políticos da coroa portuguesa.

A mão de obra do africano escravizado, além do dinâmico negócio de comercialização e posse de escravos que caracterizava um dos critérios de definição de poder econômico, foi associada à produção de açúcar na América portuguesa e demais colônias da América Latina, tornando-se assim principal fonte da força de trabalho rural da época. A crescente movimentação de riquezas no final do século XVI atraiu o envolvimento comercial de negociantes ingleses e holandeses, envolvidos não apenas com a cadeia produtiva mas também com a comercialização do açúcar. Estava assim configurado o que hoje pode ser denominado de economia escravista açucareira do fim do século XVI e início do século XVII.

Não apenas atraiu os olhares dos negociantes e do mercado europeu, como também desencadeou a cobiça pelo dinamismo da economia açucareira das capitanias e motivou as invasões holandesas da Bahia (1624) e Pernambuco (1630). Invasões que chegaram a ser efetivas, mas pela falta de detenção dos três aspectos de produção do açúcar, muito bem manobradas pela produção local nos engenhos, que são “as técnicas de processamento da cana-de-açúcar, as técnicas de administração dos escravos e a organização do tráfico negreiro transatlântico” duraram pouco. Tendo sido findado o domínio holandês local com a eclosão da revolta dos colonos luso-brasileiros em 1654 (MARQUESE, 2006).

Não abandonando o território brasileiro de mãos vazias, os holandeses levaram consigo em retirada os conhecimentos das técnicas dos engenhos brasileiros e os transmitiram em meados do século XVII a colonos ingleses das Antilhas, instalando assim a produção açucareira na América Central e dinamizando o mercado na oferta desse produto. Sobre isso podemos destacar que:

“a produção de açúcar com mão-de-obra escrava nas ilhas inglesas e francesas verificou crescimento notável, além de os mercadores desses dois países passarem a envolver-se diretamente no tráfico negreiro transatlântico. No começo do século XVIII, a paisagem física e humana do Caribe havia se modificado completamente: as ilhas converteram-se em imensos canaviais e a população tornou-se esmagadoramente negra, quase toda ela escravizada.” (MARQUESE, 2006, p. 3)

Geradas restrições mercantis europeias devido à conflituosa expulsão da dominação holandesa na colônia e dando início a um novo mercado de concorrência e conjuntura internacional bastante adversa, se esperava um enfraquecimento da economia açucareira no Brasil, o que não veio a ocorrer. A demanda de mercado apenas crescia e a capacidade produtiva da cana-de-açúcar nos engenhos da colônia era favorecida pelas condições naturais e pela incessante mão de obra escrava que se mantinha plena na produção agrícola brasileira.

Não podemos assim chamar esse mercado de globalizado, não apenas devido a falta de tecnologia e as limitações de comunicação da época, mas também a pouco dinâmica característica do mercado internacional. Mas já tínhamos aqui evidente a primeira influência econômica marcante na configuração do espaço rural brasileiro, caracterizado pela oportunidade produtiva fornecida pelo clima e solo e pela alta demanda por açúcar do mercado além-mar.

Não havendo sensível abalo da economia da América portuguesa, e estreitado os laços de tráfico negreiro com a África, principalmente devido à reconquista da Angola e a consolidação do sistema atlântico bipolar, garantiu-se o fluxo contínuo de escravos entre os dois continentes com facilitações de custos e taxas e consequente manutenção da economia açucareira, considerando-se a forte dependência da mesma com a mão de obra escrava (MARQUESE 2006).

#### **1.4 A nova mão de obra no Brasil e a estruturação do Estado-nacional (*Século XIX*)**

O século XIX, no que diz respeito a características socioeconômicas e políticas nacionais, foi marcado pela modernização da sociedade brasileira com o desenvolvimento de um mercado interno, a criação da classe trabalhadora assalariada, a partir da abolição da escravatura, a formação do Estado-nacional brasileiro e a transformação da terra em mercadoria, fundamento da dominação, exploração e disputa por ela.

Com a abertura dos portos em 1808, no contexto da Guerra Peninsular e da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, e com os tratados de comércio e navegação assinados em 1810 entre Portugal e Inglaterra, deu-se início aos processos que antecederam, já pressupondo, a independência e a formação do Estado brasileiro. Expandindo seu mercado e

se defendendo de possíveis investidas napoleônicas para com Portugal, os ingleses afinaram suas relações com a colônia portuguesa através desses tratados, ao mesmo passo em que adquiriam mais demanda para suas mercadorias. Os tratados eram político e economicamente geniais para a Inglaterra, principalmente em tempos de guerra, enquanto só revelava e potencializava o grau de dependência do Brasil em relação a ela.

Segundo Rompatto (2001) Os tratados liberais promoveram “uma avalanche de mercadorias inglesas nos portos brasileiros, de menor preço e melhor qualidade” que, mesmo com a revogada da proibição de qualquer manufatura na colônia, caracterizava uma concorrência desleal para a tímida produção manufatureira nacional. Dessa forma, o Brasil se impossibilitava e se distanciava cada vez mais da instalação da indústria nacional, enquanto a dependência econômica do país era cada vez mais rígida. Ainda segundo ele:

“Essa foi à tônica da política nacional mesmo depois de 1822, quando da independência político-administrativa em relação a Portugal. A Inglaterra continuou dando as cartas nas questões econômicas até mesmo depois da proclamação da República, em 1889.” (ROMPATTO, 2001, p. 186).

Mesmo com a instituição do Império do Brasil e da subsequente proclamação da República sessenta e sete anos mais tarde, o país ainda se mantinha e se caracterizava como o mesmo país agroexportador. Sua dependência econômica dos produtos importados e a manutenção do seu papel de produtor de matérias primas às nações industrializadas se perpetuavam, e não mais se apoiava na desculpa de colônia submissa e politicamente dependente de Portugal. Deixando, assim, de ser colônia de Portugal para tornar-se colônia do imperialismo inglês (ROMPATTO, 2001, p. 195).

Contemporânea à proclamação da República de 1889, a abolição jurídica efetiva da escravatura no Brasil, também proveniente de interesses internacionais para a dinamização do consumo e do acesso irrestrito ao mercado de compra de produtos importados, foi importantíssima para a formação da estrutura fundiária nacional. Aliados ao papel agroexportador do Brasil e a nova configuração assalariada da mão de obra agrícola nacional, não mais escravocrata, temos o fortalecimento da característica de país rural, tardio à industrialização e conservador de seu propósito colonial, com o poder econômico aprisionado no setor primário da economia.

O poder econômico no sistema escravista colonial do Brasil, até o final do século XVIII e início do século XIX, se dividia entre proprietários de terras e proprietários de escravos, o que apenas foi rompido quando da criação da lei Áurea de 1888 e consequente abolição jurídica da escravatura que resultou na dissociação do vínculo de posse da mão de obra escrava. Contudo, era necessário manter a mão de obra na cadeia produtiva agrícola, e como o contingente de trabalhadores não contava com uma grande reserva de desempregados, os senhores de terra se viam obrigados a criar vínculos entre os trabalhadores e suas terras.

Dessa forma, o caminho mais comum para a fixação da mão de obra em seu próprio meio de produção era uma remuneração pré-capitalista que se dividia parte em dinheiro e parte na concessão de uma pequena parcela da propriedade para o cultivo próprio de subsistência (aqui vemos o princípio daquilo que hoje chamamos de agricultura familiar) e moradia do empregado e sua família. Não podemos confundir aqui a relação entre proprietário-colono com o feudalismo servil, uma vez que não há relação de posse por parte do empregado e a grande propriedade do senhor de terras continua sendo uma mercadoria passível de compra e venda (ARAÚJO, 2011).

Esse foi o marco das novas relações produtivas no campo brasileiro, aonde se redefiniram as condições de vida e as relações entre os proprietários de terra e sua força de trabalho. A relação de posse de mão de obra, e consequente comercialização da mesma (caso do escravo) se extinguiu, devido à nova classe trabalhadora assalariada e moderna, livre de ir e vir, não comercializada, traficada ou valorizada. Com isso, o poder econômico que antes se dividia em duas categorias, passou a ser essencialmente propriedade de terras, como já dito, dando a base para o crescimento da lógica latifundiária.

Com a Lei de Terras de 1850, acelerou-se o processo da transformação da terra em mercadoria, fruto de especulação imobiliária, o trabalhador rural mesmo que agora liberto da estreita dependência da fazenda, passa a depender diretamente da sua produção para obter renda e subsistência, assim como para o possível acúmulo de recursos para comprar terra. Portanto, esse mesmo produtor que almejava a compra de seu pedaço de terra, também se atenta ao mercado e depende dele, não apenas pelo simples fato de produzir em função de sua demanda, mas também mediatizado pela terra-mercadoria, em especulação. (MARQUES, 2006, p. 173 *apud* MARTINS, 1986, p. 43).

### **1.4.1 Lei de Terras de 1850**

A lei 601 de 3 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, foi o marco inicial da organização da terra em propriedades privadas no Brasil. Até então e desde o início da colonização, as formas tradicionais de se adquirir terras eram as doações da Coroa, em sesmarias, ou a ocupação (posse) da mesma, tendo esse comprovado sua produtividade na mesma por um período mínimo de 3 anos.

A delimitação das propriedades era meramente burocrática durante o antigo sistema de sesmarias, não havendo exatidão quanto às dimensões exatas das posses, até porque essas possuíam áreas enormes, o que dificultava também o cultivo pleno de toda a terra.

Com o fim do sistema de sesmarias no Brasil, que perdurou até 1822, e com os quase 30 anos da posse irrestrita e desorganizada das terras brasileiras, a Lei de Terras foi aprovada sob a necessidade latente de se organizar e se ordenar a questão agrária nacional, ainda mais pela representatividade econômica da produção agrícola e do papel agroexportador brasileiro.

A posse, meio de apropriação da terra durante o regime de sesmarias, fora definitivamente abolida com a Lei de Terras, tornando a compra a única forma de apropriação da terra. Apesar do proposto, quase ao final do Império e 36 anos mais tarde, a lei ainda era considerada “letra morta”, pois a posse continuou sendo a via principal de acesso à propriedade.

“Segundo o ministro desse ano [1886], grande número de sesmarias e posses permanecia sem revalidar e sem legitimar, e as terras públicas continuavam a ser invadidas. (...) Em 1878 um dos ministros mais interessados no problema, Sinimbu, reconhecia que ‘o registro de terras possuídas’ é serviço abandonado” (CARVALHO, 2006, p 342 e 343)

A colonização e a atração de imigrantes europeus eram as finalidades iniciais dessa lei, que através do registro paroquial, da separação e medição das terras públicas e da revalidação das sesmarias visavam legitimar as propriedades já constituídas, delimitar as terras do Estado e fazer um levantamento comum da distribuição de posses ao longo do território brasileiro.

Em lei, para que novos proprietários de terra surgissem, os mesmos deveriam comprar as propriedades e para tal foram abertos leilões públicos que requeriam pagamento à vista e a preços mínimos por braça quadrada.

Mesmo com a continuidade das posses e não tendo havido efetiva aplicação dessa lei e de suas sanções, ela desfavorecia o trabalhador rural que almejava a compra e a posse efetiva de seu pedaço de terra, que dificilmente acumularia dinheiro suficiente para a compra à vista de uma propriedade, pois mesmo que a preços mínimos, com o tamanho mínimo dos lotes estipulado em 250 braças quadradas pela Lei de Terras, limitava e muito as pessoas que poderiam comprá-las.

Para atrair imigrantes europeus e ampliar o processo de colonização foram sugeridos no senado a concessão gratuita, a venda a prazo e o arrendamento de terras a colonos, o que não teve forte eficácia, tendo em vista que o imigrante europeu preocupava-se fundamentalmente em adquirir um pedaço de terra e pela já dita ineficiência do estado em fazer-se cumprir a lei.

A Lei de Terras acabou servindo para evidenciar a problemática já existente das elites de proprietários no país, que mesmo com interesses contrários de setor para setor e de província para província já se mostravam resistentes às decisões políticas não favoráveis a eles e representavam empecilhos para a implementação de reformas que viessem contra seus interesses. Não tendo havido revogação formal, considera-se que a Lei de Terras foi derogada pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o "Estatuto da Terra").

## **1.5 Constituição Federal de 1946 e Estatuto da Terra de 1964**

Desde a transformação da terra em propriedade privada e mercadoria, fruto da Lei de Terras, não apenas o interesse pela sua posse aumentou, mas também os conflitos por ela. A dependência da demanda internacional por matéria prima e a característica fundamentalmente rural do Brasil fortalecia a especulação de terras, atraindo assim o interesse do capital imobiliário para o comércio de terras, tornando-a cada vez menos social e menos produtiva, instalando-se latifúndios.

A partir da década de 30, do século XX, temos nítido o aprofundamento dos conflitos no campo com as tentativas de se organizar os pequenos produtores e os trabalhadores rurais assalariados. Tentativas essas, promovidas pelo Partido Comunista do Brasil. Fruto desse momento de união, a reivindicação e luta foram marcantes no campo brasileiro até início da



década de 60, com a criação das Ligas Camponesas ao longo de vários estados do país, tendo no Nordeste uma maior representatividade da luta pela terra e contra a exploração do trabalho. (OLIVEIRA, 1986, p. 104).

As ligas camponesas organizaram os trabalhadores rurais e os pequenos produtores do campo brasileiro, surgiram da intensificação da desigualdade no campo, da grande massa insatisfeita com o modelo agrário nacional e de conflitos que resultaram em assassinatos de lideranças locais (OLIVEIRA, 2001, p. 190). Estabeleceram-se em prol da luta pela melhoria das condições de vida e trabalho no campo e por políticas públicas de reforma agrária, articuladas a partir de 1946 pelo precursor Partido Comunista Brasileiro.

Um marco para os movimentos sociais do campo é a Constituição Federal de 1946, promulgada em 18 de setembro do mesmo ano, tinha como seus dispositivos principais a igualdade, a liberdade de manifestação, a inviolabilidade do sigilo da correspondência, a liberdade de associação para fins lícitos, a extinção da pena de morte e a separação em três poderes: executivo, legislativo e judiciário, o que deu espaço às primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, destacando-se os artigos:

“Art. 141 § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro...

Art. 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.” (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 1946, *Diário da Assembleia e Diário Oficial da União*. p. 280 e 285)

Atentando para a essência desses dois artigos, podemos ver prerrogativas básicas da reforma agrária, como a socialização da terra, uso e produção vinculados ao bem estar social e até mesmo métodos de desapropriação de terras improdutivas. O Brasil tinha aqui, em lei, uma plataforma que poderia dar início a reforma agrária para o campo brasileiro.

No governo João Goulart, presidente eleito de 1961 a 1964, começaram as ações para se fazer aprovar uma lei nacional para a reforma agrária e aonde surgiram os primeiros esboços para o que seria o Estatuto da Terra. Com a criação da SUPRA (Superintendência Regional de Política Agrária) em 1962, o Estado dava início a iniciativas em prol da reforma agrária, que posteriormente seriam reformuladas e contraditas pelo governo militar proveniente do golpe de estado de 1964.

A necessidade de uma reforma agrária no país era imediata, requerida pelos diversos setores da economia e pela bancada do congresso, com resistências, havendo uma breve concordância entre comunistas, esquerda nacionalista e os nacionalistas liberais a respeito da eficácia, ora econômica e ora social, de uma reforma agrária no país. A oligarquia rural enquanto latifúndio improdutivo, que não aproveitava da terra todo o seu potencial e enquanto setor segregacionista arcaico era considerado uma barreira comum aos novos interesses industriais e democráticos.

“Desde a era Vargas a colonização e a reforma agrária eram interpretados como fatores indispensáveis à modernização da agricultura, à formação de um mercado interno consumidor e à efetiva industrialização do país.” (LOSADA MOREIRA, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 112)

No dia 1 de abril de 1964, João Goulart foi deposto pelo regime militar que assumia o poder no Brasil, durando 21 anos em um contexto de limitação social e repressão da organização popular. Ditadura militar essa que, antes de tudo, ficou contra a reforma agrária.

## **1.6 Os movimentos sociais de luta no campo e sua desarticulação no período do Governo Militar de 1964**

As Ligas Camponesas não apenas surgiram das necessidades do trabalhador rural e dessa nova deixa para a articulação da classe, com a nova Constituição Federal de 1946, mas também aproveitaram essa próspera e inicial plataforma de reforma agrária no Brasil, para ganhar dimensão nacional. Aproveitou-se ainda da curtíssima legalidade do principal partido envolvido, o Partido Comunista Brasileiro, que mesmo após a cassação do registro eleitoral manteve-se resistente na causa e continuou seu trabalho de articulação com as crescentes causas sociais do campo.

Tínhamos aqui, a partir de 1930, o momento que é considerado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira o início da organização camponesa e da representação do trabalhador do campo no Brasil, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, em contraposição ao ideário produtivo e mercantil da elite proprietária. Trabalhadores rurais e pequenos produtores se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista do Brasil – PCB, com presente atuação da Igreja Católica (STURZA, 2010).

Principalmente os anos cinquenta e sessenta do século XX, as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional (OLIVEIRA, 2007).

Políticas públicas rurais produtivistas, principalmente voltadas à exportação e a necessidade em se fornecer matéria prima para a indústria deixaram de ser as únicas preocupações do Estado, agora, mais do que local ou individual, a problemática agrária nacional tomava forma, representatividade e visibilidade.

Não apenas havia agora um respaldo legal e fundamentado de “liberdade de associação para fins lícitos” para sua organização, mas também sua causa estava de forma breve, porém aprofundável, discriminada em artigos da Constituição Federal de 1946. Aliado ao respaldo legal, uma série de eventos na América Latina influenciavam os ânimos da articulação dos trabalhadores.

Propostas de reforma agrária e de uma efetiva socialização da terra não faltaram. Porém, os muitos projetos que surgiram a partir das prerrogativas (página 14) foram negados. A forte maioria reacionária das elites latifundiárias presentes no Congresso Nacional se mostrou uma forte barreira para que tais propostas passassem (OLIVEIRA, 1986).

“Apesar dessa plataforma, preparada na Lei Maior do país, os ideais reformistas se desvaneceram frente ao conservadorismo de um parlamento que teria de implantar a lei ordinária da reforma e não a ditava. Quinze anos haveriam de passar, sem a aprovação de nenhum dos inúmeros projetos que, até 1962, correram pelo Congresso Nacional, alvitando instituir a reforma agrária. Dentre eles, mais significativos, os de Nestor Duarte (1947, 1951, 1953) e de Coutinho Cavalcanti (1954).” (LARANJEIRA, 1983, p 84; como visto em OLIVEIRA, 1986, p 104)

Como se não bastasse a frente reacionária no congresso que impedia o avanço dos ideais de reforma agrária e a vitória da luta das Ligas Camponesas, o golpe de estado no Brasil de 1º de abril de 1964, que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart e deu início ao regime militar, passou a descaracterizar paulatinamente a Constituição de 1946, através de uma série de emendas que a adaptavam, fazendo jus ao método do governo vigente e suas imposições. Em 1967 estava oficialmente substituída pelo Ato Institucional Número Quatro a Constituição Federal do Brasil e dava-se início a o que os militares brasileiros chamavam de Revolução de 1964.

Com a perseguição aos movimentos sociais e as incessantes investidas para desarticulação das organizações de trabalhadores rurais, a ditadura militar enfraqueceu as

Ligas Camponesas, mas não a pressão comum exercida por diversos setores pela necessidade de uma reforma agrária no campo brasileiro. Com isso, o Estatuto da Terra foi aprovado e trazia consigo formulações que indicavam preocupação com a reforma agrária no campo brasileiro, porém, intencionalmente nunca colocado em prática.

“A realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática.” (OLIVEIRA, 2007, p. 121)

O temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução era latente. O clima era de insatisfação no meio rural brasileiro, a Revolução Cubana (1959) e a implantação da reforma agrária em vários países da América Latina eram eventos recentes e podiam facilmente despertar ideais revoltosos na população. Ainda que letra morta, e já prevendo sua não aplicação, o governo aprovou o Estatuto da Terra para acalmar os ânimos e manteve sua postura antirreformista, adiando assim ao máximo as reivindicações sociais (STURZA, 2010, p. 21).

Subsequente a aprovação do Estatuto da Terra, o governo militar tratou de logo extinguir a SUPRA e criar o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Ambos os órgãos, eram na verdade promotores da contra reforma agrária, e durante todo seu período de existência, de 1964 a 1970, foram marcados por escândalos corrupção, grilagens e vendas de terra a estrangeiros, o que acabou desembocando na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1968.

Foi apenas com a visita da FAO (*Food Agricultural Organization*), órgão da ONU, ao Brasil que o governo da época rearticulou os institutos e fundiu o IBRA e o INDA em um único, para uma dita implementação da reforma agrária. Assim nasce o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que na verdade era só mais uma etapa da contra reforma, maquiada nas sugestões da ONU e na pressão nacional pela reforma agrária.

Os militares ao invés de implementar a reforma com a criação do INCRA, apenas ampliaram a desigualdade no campo e pioraram a situação conflituosa. Incentivando culturas de exportação, como a soja, e a mecanização da produção, os favorecidos pelas políticas agrárias continuavam sendo os já favorecidos grandes produtores e latifundiários. A essa

altura, o Estatuto da Terra servia claramente para tratar questões referentes à política agrícola, enquanto o modelo fundiário brasileiro permanecia intocado e arcaico.

“As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Três décadas depois, podemos constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.” (STURZA, 2010, p. 21-22)

Aliados aos reais interesses do governo militar foram criados programas de ação regional, também chamados de “projetos de colonização”, como o PIN (Programa de Integração Regional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco), o POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia), e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). Porém, em se tratando de políticas sociais da redistribuição de terras e da efetiva colonização racional do campo brasileiro, não houveram resultados, apenas deu-se início os planos da “Operação Amazônia”, um complexo de leis e medidas administrativas, visando promover a integração da Região Norte ao contexto socioeconômico nacional.

### **1.6.1 Surgimento do MST (década de setenta e oitenta)**

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) surge da crescente oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, a “farsa histórica” das pretensões reformistas da ditadura que se mostrava cada vez menos reformistas e cada vez mais perpetuantes das contradições e conflitos do campo.

O movimento teve origem na década de oitenta, levantando frente ao processo de expropriação de pequenas e médias unidades de produção agrícola e concentração de terras provocadas pela expansão da fronteira agrícola e pelos megaprojetos de modernização da agricultura nacional. O quadro da questão fundiária brasileira, já contraditório e segregado, vinha sendo ampliado pelas políticas ilusórias que não saíam do papel, enquanto as reais intenções colonizadoras e expansionistas do Estado eram implementadas.

Era a organização dos trabalhadores rurais, dos pequenos produtores que resistiam aos processos de expropriação, dos agricultores expropriados ou daqueles que buscavam a fuga da

proletarização urbana, do retorno ao campo e da efetiva ocupação das terras improdutivas. O combate ao grande latifúndio e a frente levantada contra as políticas expansionistas e excludentes, pelas demandas do mercado do agronegócio, tinham de ser confrontadas, de forma combativa e presente. Era a solução comum elucidada pela urgente necessidade em se reformular não apenas as condições de vida para uma parcela pobre da sociedade brasileira, mas sim a possível ascensão de “uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania” (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Sendo o movimento socioterritorial rural de maior organização, significância e representatividade existente desde a década de oitenta, o MST representa, no conjunto da história nacional recente, mais uma página da história da luta pela terra, parte da longa marcha do campesinato brasileiro, como propõe (OLIVEIRA, 2007, p. 139):

“Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente.”

FIGURA 03: Primeiro assentamento do MST. Ronda Alta (RS), 1981.



Fonte: Juan Carlos Gomes, MST; visto em <http://www.mst.org.br/node/16225>, julho de 2014.

A primeira ocupação do MST, Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul. Foto histórica de 1981, quando, ainda sob a vigência da ditadura militar, os sem-terra iniciavam o processo de formação do seu Movimento e de inclusão de uma efetiva reforma agrária social, da redistribuição de terras, na agenda política.

A falta de execução da tão esperada reforma agrária brasileira, aliada ao posicionamento desenvolvimentista e financiador das atuais desigualdades presentes no campo traziam de volta o clima de insatisfação dos agricultores de pequena escala e dos trabalhadores rurais. Um estatuto que era, em grande parte, descumprido pelo próprio governo que o aprovou, e na verdade não passava de “uma farsa histórica” (OLIVEIRA, 2007, p. 121) foi perdendo sua função de acalmar os ânimos de uma possível revolução civil, resultando na rearticulação rural, ainda que diante toda a repressão do governo vigente.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um movimento social jovem, nascido dos anos oitenta do século XX, mas traz consigo uma forte representação da luta no campo brasileiro. Sendo o principal dos movimentos devido a sua organização sólida e representatividade nacional, configura a luta de diferentes setores que formam este heterogêneo meio rural brasileiro.

“O MST é, portanto, um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta e combina contraditoriamente a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa.” (OLIVEIRA, 2007, p. 140)

## **Capítulo 2. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA E A GLOBALIZAÇÃO (Século XX e início do XXI)**

O processo de expansão, assimilação e hegemonia do modo de produção capitalista se deu de forma contraditória, desigual temporal e espacialmente, devido a um primeiro momento onde a produção capitalista se utiliza de relações não-capitalistas para o elaborar da mercadoria, e consequente mais-valia. Com o produto transformado em mercadoria, o capitalismo se dissemina. Utilizando relações e formas de produção local na produção de mercadorias ou transformando seus produtos em interessantes a economia capitalista industrial, o capitalismo toma forma. (OLIVEIRA, 1986).

O implemento dos primeiros métodos de expansão da produção, eficiência produtiva e corte de gastos, motivador da queda de preços e aumento de oferta, resultou no aprimoramento da concorrência. Toda e qualquer mudança que pudesse diminuir o preço em mercado sem afeto significativo ao lucro passa a ser necessária, uma vez que seu concorrente dispõe de métodos produtivos mais eficientes que o seu ele poderá abaixar seu preço e assumir mercado, daí a concorrência.

Tratando da mercadoria provinda da produção agrícola e, tendo em vista que ainda grande parte da população mundial era rural ainda no início do século XX, o mercado de produtos agrícolas era o setor representativo da economia mundial.

Os insumos agrícolas e o crescente avanço tecnológico propiciaram ao mesmo tempo uma globalização elitista e um mercado de “livre concorrência”, sem barreiras geográficas de distancia e acesso, uma vez que não só a comunicação se tornara cada vez mais instantânea, como também o tráfego de produtos fora facilitado pelo avanço do transporte.

Anteriores a nova configuração de mercado globalizado e complexo, repleto de *royalties* e valores agregados, eram dispositivos legais como a Lei de Terras ou o Estatuto da Terra é que geriam a propriedade e garantiam (de forma excludente) o acesso a terra.

Agora, e com o latifúndio enormemente enraizado e poderoso, o próprio mercado em sua complexa articulação mundializada assume e cumpre com louvor o papel que o Estado vinha desempenhando: manter a segregação e a hegemonia dos imensos latifúndios monoculturais do Brasil.



Somando a configuração globalizada à nova concorrência qualificada, para se manter produtor, o trabalhador rural, que porventura tenha resistido as diversas investidas de expropriação e ainda possua sua terra, dono de sua produção, teve que se adequar à lógicas e demandas de mercado. Necessitando assim, capital e aplicação de renda da terra para se equiparar à concorrência e ao mercado globalizado.

Porém, o agricultor tradicional não havia acumulado condições desde o mercantilismo, apenas se reproduzia enquanto poliprodutor de demandas locais ou se limitava a produção de alimentos na agricultura de subsistência de sua pequena porção de terra, normalmente cedida, arrendada, pelo proprietário.

## **2.1 Renda da Terra**

No capitalismo, elementos do meio ambiente imóveis como estradas, infraestrutura e serviços assumem a configuração de mercadoria, e se apresentam como elementos do meio ambiente constituído (Harvey, 1999). Da análise do imóvel como mercadoria, passível de especulação e troca, ou ainda sede da produção real de produtos, temos o conceito de renda da terra capitalista como o capital aplicado a manutenção e aprimoramento desse, ou ainda seu valor de mercado que varia de acordo com sua capacidade produtiva, grau de interesse para o capital.

A construção do conceito de renda da terra, amplamente discutida e constantemente trabalhada na Geografia de hoje, teve o termo concebido pelo autor Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* de 1776, sendo esse considerado o precursor da discussão.

O conceito é importantíssimo na compreensão da questão agrária e urbana, tendo em vista que, em ambas, a terra é componente fundamental das relações espaciais (OLIVEIRA, 2007, p.43). E por essa mesma importância que a evolução do debate nesse âmbito é crucial, estando o conceito em constante aprimoramento dialético.

Vários estudiosos contribuíram então para a formulação do conceito, mas aqui daremos ênfase a Karl Marx, devido a sua expressiva contribuição na consolidação do conceito e da relação e uso de suas proposições em bibliografias aqui alicerces da produção de conhecimento.

Para Karl Marx, a renda da terra se divide primeiramente em dois tipos: pré-capitalista e capitalista. Sendo a primeira renda precedente das relações de exploração, lucro e mais valia concebidas pelas práticas capitalistas, que são características da desigualdade socioeconômica gerada pelas relações produtivas modernas. A renda pré-capitalista da terra vincula e exprime os modos pré-capitalistas de produção e se subdivide em três tipos:

- renda em trabalho, onde o produtor direto (o trabalhador camponês) lavra e foca sua mão de obra no terreno disposto a ele durante parte de semana, trabalhando nos demais dias nas terras do proprietário. Gratuitamente por não haver vínculo salarial e sem depender diretamente do produzido nas terras do solar senhorial.
- renda em produto, que consiste no pagamento do serviço prestado pelo trabalhador apenas no período de colheita e com parte pré-estabelecida da produção realizada por ele. Nesta forma de renda “o trabalho do produtor para si mesmo e o que fornece ao proprietário da terra não se separam mais, de maneira palpável, no tempo e no espaço” (MARX, 2008, p. 1051 apud NABARRO e SUZUKI, 2010).
- renda em dinheiro, mais conhecida como arrendamento, é a comunhão das duas rendas pré-capitalistas da terra anteriores, porém o produtor direto em vez de entregar uma parcela da produção ao proprietário, paga-lhe o correspondente em dinheiro (MARX, 2008, p. 1053 apud NABARRO e SUZUKI, 2010).

O outro tipo de classificação da renda da terra, a renda capitalista da terra e suas formas, constituem a base do estudo da agricultura e da questão agrária subjulgada ao vigente modo capitalista de produção no campo. Marx separa esse tipo de renda capitalista da terra em quatro partes:

- renda diferencial I, está relacionada diretamente as disposições físicas e naturais do solo e de sua fertilidade, características pedológicas e geomorfológicas garantem o valor dessa renda e a caracteriza. Fundamental e indissociável das outras formas de renda da terra, tendo em vista que as

predisposições naturais do solo são fatores de atração da agricultura, consequentes investimentos e especulação da terra.

- renda diferencial II, no caso do imóvel agrícola (a propriedade legal), seria a aplicação do capital financeiro em forma de investimento para a expansão da capacidade produtiva da terra. É evidenciada através da tecnificação da produção, especialização da mão de obra e do tratamento da terra para a maior eficácia do plantio, é resultante dos investimentos de capital para ampliar a produtividade do solo ou das melhorias que influenciam na sua localização e conexão com o mercado,

“o solo melhor é escolhido por oferecer maior perspectiva de capital aí investido ser rentável, pois contém a maioria dos elementos naturais de fertilidade, e trata-se tão somente de torná-los rentáveis” (MARX, 2008, p. 156 apud NABARRO e SUZUKI, 2010).

A renda da terra diferencial II pressupõe ainda que o detentor do meio de produção perpetua capital pelo acúmulo de anos explorando a terra e a força de trabalho, ou que é um produtor que na tentativa de adquirir capital inicial, cedeu a armadilha de crédito dos bancos - que propagandeiam empréstimos para investimentos mas na verdade pastoreiam os produtores para que produzam dentro dos interesses do mercado- e assim obteve capital. Ou seja, tem o capital de investimento fundamental para sua produção.

- renda absoluta, é entendida por Marx (1988) como uma relação de monopólio imposta pela propriedade privada. A grande quantidade de terras na mão de poucos, o grande latifúndio, promove a possibilidade de manipulação da produção ou do estacionamento produtivo das propriedades para que influenciem na oferta de mercado. Por exemplo, acordos entre latifundiários em não colocar suas terras à disposição da produção agrícola por determinado tempo, quando dos baixos preços em mercado.

Sendo que, a diferença entre a renda da terra diferencial e a absoluta é exatamente a questão da concorrência em mercado ou a falta dela. Ou seja, quando os produtores agrícolas capitalistas concorrem em mercado pela atração dos consumidores de um mesmo produto, evidencia-se a renda diferencial I e II, porém quando essa renda resulta do monopólio ela é renda da terra absoluta (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

- renda de monopólio, concluindo os tipos de renda capitalista da terra propostos por Marx, é aquela que só existe quando o mercado se dispõe a pagar preços altíssimos e fora da realidade em um produto específico, que normalmente por disposição natural possuem oferta reduzida.

Temos, portanto, nesse dinâmico, extenso e conflituoso campo brasileiro a evidência da renda capitalista da terra em todas as formas elucidadas por Karl Marx, com destaque para a diferencial e a absoluta. Sendo a renda da terra diferencial (principalmente a II) a grande matriz da expansão do modo de produção capitalista e da sua incessante modernização no campo brasileiro; e a renda da terra absoluta representativa e latente da estrutura fundiária arcaica e desigual do cenário rural de mais de quinhentos anos no Brasil.

Na tentativa do pequeno produtor desprovido de capital, portanto sem renda da terra diferencial II, em tentar manter-se na sua condição, ele tem como primeira opção, e também a mais simples e imediata, a venda de sua produção através da prática de renteio<sup>7</sup>, ou pelo simples contrato de se ater ao plantio da moda, interessante, novamente, ao mercado.

Quando lhe esgotarem as possibilidades de sua manutenção na posição de produtor, a falta da renda da terra diferencial II agirá como ferramenta da expropriação deste, que muitas vezes produzia para sua subsistência ou mercado local e agora se transformará em proletário rural ou se instalará na cidade em busca de subempregos ou ampliando o banco de reservas da mão de obra industrial.

A expansão e disseminação da necessidade do modo de produção capitalista, uma vez que é idealizada a necessidade de se expandir a produção para se equiparar às condições e concorrência do mercado globalizado, mesmo em nível de mercado local ou exportador, expropriará de forma direta e indireta agricultores que não se inserirem na lógica produtiva.

O mercado globalizado concorrencial é, portanto, um grande inimigo da agricultura familiar e dos pequenos produtores brasileiros. Mas não apenas desses, como também inimigo do trabalhador rural, uma vez que para a mercadoria possuir custos de produção cada vez menores (e mais concorrentes em mercado) é necessário cortar gastos da cadeia produtiva,

---

<sup>7</sup> Pré venda da sua produção, onde o valor pago é baixo se comparado com os valores de mercado, devido ao pagamento antecipado.

prerrogativa perfeita para substituição da mão de obra humana e desvalorização da força de trabalho, afinal, quanto mais desempregados menos insatisfeitos parecerão aqueles que possuem um emprego. Não importando se isso se resultará em mais exploração da força de trabalho proletária ou na diminuição da qualidade de vida da classe trabalhadora.

De uma forma mais clara, a renda capitalista da terra surge como o conceito que delimita os quesitos para que o produtor seja realmente inserido na “livre concorrência”, afinal a eficiência produtiva ditará o custo benefício de seu produto e assim resultará no preço de venda, que deve ser comercializado para a viabilização de novas safras.

Se um produtor aplicar renda da terra diferencial e obtiver êxito, aquele que ainda não aderiu ao modelo de produção capitalista tende a não conseguir concorrer com os baixos preços daquele concorrente que obteve excedente de produção com menores custos. Ou seja, o produtor resistente acabará se deparando com a falta de retorno da renda prevista pela sua produção, tendo assim que se adaptar aos novos quesitos produtivos para a participação equiparada em mercado globalizado ou sucumbirá a consequente desapropriação de seu meio de produção.

Portanto, a nomenclatura de renda da terra, em sua interpretação espacial, nos é fundamental para a compreensão dos processos que desenvolveram (e desenvolvem) a expropriação do pequeno produtor rural e contribuíram intensamente para a revolução verde<sup>8</sup> (vide 2.3), justificando o imenso investimento na tecnologia agrícola, pouco preocupada com a problemática ambiental.

Uma vez que a renda diferencial é uma das causas que geram a concorrência desigual de produtores e consequente expropriação daqueles que não se adéquam a concorrência, temos então a ampliação da desigualdade no campo, o desenvolvimento da estrutura latifundiária, e o aumento da insatisfação da classe trabalhadora rural.

---

<sup>8</sup> Programa de nível global prevê a expansão produtiva (principalmente em países em desenvolvimento) através do “melhoramento genético” de sementes, uso intensivo de insumos industriais e mecanização da agricultura mundial.

## 2.2 A modernização da agricultura no campo brasileiro

Em concordância com CASTILLO (2010), e com diversos outros autores que produzem em mesmo âmbito, existem inúmeras formulações de conceitos elucidados que permeiam a dinâmica da produção agrícola e agroindustrial moderna, assim como da articulação de agentes envolvidos com o setor primário. Aqui trabalharemos com os conceitos de *commodities*<sup>9</sup> (ZYLBERSZTAJN, 2000) e de *agribusiness*<sup>10</sup> (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Ambos os conceitos, assim como toda a retórica fruto de suas construções, estão intimamente ligados ao uso econômico do solo desde a apropriação das relações econômicas globais pelo modo de produção capitalista.

O processo de industrialização nacional, regionalmente expresso em forma e datas diferentes, pode ser situado considerando o conjunto do país entre o início do século XX e a década de 1940 mas foi se efetivar apenas na década de 70, com a ascensão do meio técnico-científico-informacional. A urbanização se efetivou nas crescentes metrópoles, surgia uma hierarquia nacional acompanhada da integração ao longo do extensivo território e evidenciava-se o início da hegemonia de São Paulo. A expansão produtiva e a complexificação do mercado nacional e exportador, acompanhados pelo desenvolvimento de portos, ferrovias, telégrafo e na produção mecanizada trazia ascensão econômica e progresso para o Brasil, porém com a manutenção de velhas estruturas sociais do país, era o subdesenvolvimento agrícola (SANTOS, 2001, p. 37).

Com a modernização da produção agrícola, a ascensão do mercado biotecnológico, e o novo mercado globalizado de demandas irrestritas, se intensificaram não só as contradições, mas também os conflitos do campo. Produtores silenciosamente expropriados pela expansão produtiva capitalista da expansão do meio técnico-científico, aliada a objetivos implícitos de multinacionais que se apropriam da produção de países em desenvolvimento, recorreram aos

---

<sup>9</sup> Mercadoria que em mercado globalizado não possui diferenciação de qualidade ou procedência, promovendo assim um mercado com preço universal para determinados bens (ZYLBERSZTAJN, 2000).

<sup>10</sup> Também conhecido como agronegócio, são as modernas relações produtivas, comerciais e industriais quando se envolvem no suprimento de demandas de um mercado específico, globalizado. Traz consigo expansão produtiva e modernização agrícola, ao mesmo passo em que necessita desenvolvimento e mecanização, o que por muitas vezes atinge as dinâmicas de trabalho no espaço (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

centros urbanos e às indústrias como forma de adaptação de sua força de trabalho, aonde acabaram se estabelecendo em subempregos nas metrópoles ou como exército reserva do setor terciário (MAMIGONIAN, 1992, p. 10).

O momento da globalização só serviria como principal ferramenta de imposição do modo capitalista de produção de forma indiscriminada, desconsiderando demandas locais ou a aceitação dos produtores em aderirem à nova dinâmica produtiva, apenas se preocupando em levar o dito avanço aos remanescentes taxados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Afinal, “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p.23). Porém, não se atentando com o livre acesso ao consumo, mas sim almejando a manutenção do consumo dos países desenvolvidos, que apenas são invejados pelo seu desenvolvimento devido à exploração da força de trabalho, agora já não mais necessariamente em território nacional.

Endividamento e dependência dos países em desenvolvimento para com o capital externo são algumas das características propiciadas, direta ou indiretamente, pelas consequências do sistema de *commodities* globalizado. Uma vez que a *commodity* global ignora a origem ou procedência dos bens e cria um preço universal, a agricultura dos países necessitam adequar seus meios produtivos para a equiparação em mercado.

### **2.2.1 Meio técnico-científico-informacional**

O fim da segunda guerra mundial marca o início de uma nova etapa do percurso capitalista no mundo. Os ideais de desenvolvimento e consumo, aliados a nova necessidade de se impor o Estado sobre a nação, auxiliada pelos avanços tecnológicos, reformulavam as relações sociais e econômicas nacionais. Expandindo a cadeia produtiva e reorganizando as relações no espaço rural, esses processos trouxeram ora desenvolvimento local, ora infraestrutura de escoamento, entre outros, mas sempre reestruturando o meio rural e urbano, não somente em forma de redes de transporte ou de estruturação para um comércio globalizado e irrestrito, mas em uma nova divisão social e territorial do trabalho com grandes mudanças na estrutura demográfica brasileira.

Segundo as proposições de Santos (1996), a reestruturação dos meios produtivos resultante dos avanços tecnológicos, atinge não só a base técnica, mas também a base econômica e social agrícola nacional, incidindo e modificando de forma intensa os espaços agrícolas. Surge então, um processo acelerado de reorganização, tornando evidente a constante expansão do meio técnico-científico-informacional.

De acordo com Elias (2003), a partir de 1950, houveram mudanças na base técnica da agricultura brasileira que, causadas pela difusão de inovações químicas e mecânicas, resultaram na reestruturação produtiva na agricultura nacional. Dando continuidade a esses mesmos processos de reorganização do espaço rural brasileiro, na década de 1960, ocorre uma voraz intrusão de multinacionais no país, através da implantação de indústrias de insumos agrícolas e de agroindústrias de manufatura da produção agropecuária.

Observa-se aqui a complexificação da renda da terra diferencial, abordada no subcapítulo 2.1, aonde o avanço tecnológico dos meios de produção assim como a inserção da biotecnologia nas ciências de plantio reconfiguram toda a atividade agrícola e estipulam novos pré-requisitos de competição em um novo mercado.

As multinacionais apoiadas no ideal produtivo e na promessa de desenvolvimento interno passam a se espalhar pelo mundo e a promover a revolução científico-técnica, que através da industrialização e da modernização dos meios produtivos amplia problemáticas sociais e econômicas de um país em desenvolvimento:

“a industrialização dependente havia criado mais problemas do que os existentes anteriormente, pois com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma superexploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militares colonial-fascistas. A dependência, que se tornou crescentemente interna a economia brasileira, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e *royalties*, pagamento dos empréstimos externos etc., não dando margem a apropriação interna do excedente econômico.” (MAMIGONIAN, 1992, p. 10 *apud* SANTOS, 2001, p. 48)

Com a crescente substituição da mão de obra humana pela produção agrícola mecanizada, resultante da expansão dos complexos agroindustriais e sua repercussão na estrutura técnica e na nova divisão social e territorial do trabalho, se intensificavam os processos de urbanização e consequente mudança acelerada na estrutura demográfica e do emprego. Era o momento de disseminação e apropriação da renda da terra diferencial, agora



mais complexa e capitalista ainda, em todo um mundo globalizado como fator fundamental para a produção agrícola e inserção no novo mercado.

A questão é que tanto a tecnologia quanto o maquinário responsável pela modernização da produção agrícola são produtos das multinacionais, que diretamente ou indiretamente se apropria da produção mundial e cria o novo mercado de *royalties*. Era a grande indústria de insumos agrícolas tomando forma e mostrando todo seu caráter reestruturador das relações produtivas.

O progresso chega ao Brasil em forma de polos industriais, de rede nacional de transporte, de aeroportos e de ampliação na infraestrutura produtiva, datados do pós-guerra até a década de 70.

Essa década também é representativa da efetiva alteração nas relações do campo brasileiro, pois é a partir de 1970 que é evidenciado uma voraz expansão da fronteira agrícola, acompanhada pela intensificação dos movimentos de trabalhadores rurais volantes (os boias-frias). A ampliação da área plantada, a modernização da agricultura, a cobiça pela ampliação do lucro agroindustrial cria uma “massa de camponeses volantes, desapegados da terra, subassalariados, desorganizados, sobreexplorados e vendendo partículas de sua vida dia a dia” (SOFFIATI, 1987 p. 68-69 *apud* SANTOS, 2001, p. 50).

Trabalhadores esses que são cooptados para a força de trabalho no campo em momentos de “pico” da necessidade de mão de obra e que no restante do ano se caracterizam como o exército de reserva, como aborda Armen Mamigonian (1992), no setor terciário ou em subempregos no meio urbano (SANTOS, 2001, p. 49).

Tendo o estado de São Paulo conquistado o título de foco da produção industrial brasileira, alcançando 60% de toda produção industrial do Brasil no ano de 1971 (*Anuário estatístico do Brasil*, 1971), e somada a já citada substituição da mão de obra humana a partir do desenvolvimento do capitalismo agrário, surgiu o atrativo nacional pelas metrópoles, devido à falta de emprego em meio rural. Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia, tendo sua geração de empregos afetada pelas novas relações de produção no campo, apresentaram altas taxas de emigração nos anos de 1950 a 1980. Uma população expulsa cujo destino eram metrópoles ou novas frentes pioneiras na Amazônia (SANTOS, 2001, 50).

A concentração geográfica e a concentração de renda no Brasil então se agravam pela centralização da economia nacional. Com a maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, e da impositiva necessidade por modernização, não apenas a problemática da geração de empregos se instala, mas também o endividamento estrangeiro vinculado ao lucro enviado para a fora.

Não bastando a expansão do modo de capitalista de produção ter sido eficiente com o estabelecimento dos novos ideais de produção e consumo, alguns programas globais de incentivo produtivo foram sendo disseminados em paralelo as tendências de modernização e ampliação do mercado globalizado.

Um deles, e talvez o mais significativo a nível global para o apoio do capitalismo agrário, expansão da fronteira agrícola e mecanização do campo, é a Revolução Verde, que de revolucionária, para o Brasil, só surgiu enquanto o título. Sendo que veio a servir para ampliar as já tão latentes problemáticas do campo brasileiro e para potencializar a estrutura fundiária nacional, já concentrada, latifundiarizada e desigual.

### **2.3 Revolução Verde**

A revolução verde surgiu do pós-guerra como o momento de inovação tecnológica e expansão produtiva agrícola. Refere-se à biotecnologia e modificação genética de sementes e a melhoria de insumos industriais, em termos gerais o processo de modernização da agricultura (ANDRADES, 2011, p 28).

A princípio, aparenta um degrau da evolução produtiva e do progresso das relações agrícolas, mas, para que fosse viável essa aparência, e para a implementação do aumento produtivo, a ideia de preocupação sustentável, assim como a desculpa humanista do combate à fome foram assumidas como objetivo, trazendo consigo nas entrelinhas os interesses produtivos do agronegócio. Objetivos fundamentais para a aceitação pública e política, servindo como argumento para a divulgação de um imaginário social preocupado com a desigualdade humana e com o meio ambiente.

Além de todo o já estabelecido modo de produção capitalista frutífero da globalização concorrencial, que gerava a necessidade da renda da terra diferencial I e II para o produtor

agrícola, agora mais um fator de equiparação de concorrência se tornava fundamental ao mercado: a aquisição de sementes resistentes a pragas ou condições abióticas e insumos agrícolas que garantissem o maior aproveitamento de colheita.

Os raros camponeses que permaneciam em sua condição, na terra, e que ainda não haviam se “latifundiários” ou resistiram a tantos processos históricos de expropriação, agora tinham de lutar (ou se adequar) ao novo agente da expansão produtiva.

O problema é que esse pequeno produtor passou a depender da compra de específicos insumos e sementes, e devido ao monopólio de mercado surgiram patentes e taxas diversificadas para diferentes países, sendo os mesmos elegidos pelos detentores da tecnologia, os *royalties*. Ou seja, a empresa de monopólio do mercado de sementes e insumos aperfeiçoados para o aumento produtivo decidia quantos e quais países teriam acesso à nova concorrência dos, agora, mais avançados insumos agrícolas.

Com isso, e indo na contramão daquela desculpa de combate a fome no mundo, a revolução verde veio de encontro ao modelo daqueles poliprodutores restantes, responsáveis por suprir demandas por alimentação. Além do incentivo a grande monocultura não ser uma solução para a problemática alimentícia mundial, esse modelo produtivo extremou e reafirmou as contradições do capitalismo no campo.

A problemática econômica e a retórica da representação da verdadeira revolução verde não foi a única implicação desse avanço tecnológico na produção agrícola, esse momento foi mais uma afirmação do capitalismo incisivo para questões apenas de capital. Tal qual que, a parcela da população em escala de pobreza extrema, o subproletário que nem mesmo pode ter sua força de trabalho explorada para sua subsistência, jamais seria foco de uma inovação capitalista, ainda mais quando a expansão do sistema estivesse em jogo (ANDRADES, 2011, p 29).

Atualmente temos um novo momento consequência da revolução verde e da constante necessidade de reconfiguração dos padrões produtivos em detrimento da problemática ambiental que ganha cada vez mais atenção nas preocupações governamentais, a agroecologia. Sustentada no discurso de ecologicamente correto, essa nova tendência vem sendo utilizada não apenas pela preocupação ambiental em si, mas muitas vezes como o que chamamos de “*marketing ecológico*”. Afinal nos dias de hoje com as tendências da questão

sustentável, carregar um selo verde em sua marca é um diferencial para a atratividade do produto. A manutenção do sistema de monoculturas exorbitantes e a renovação dos produtos foco do agronegócio vêm se alterando com as novas demandas pelo o que é ecologicamente correto.

Mesmo os pequenos produtores que teoricamente tem a chance de produzir em prol de um mercado local, também se veem cercados pelos incentivos financeiros que os bancos proporcionam àqueles que servem à demanda dos produtos da moda. Uma vez que a utilização de imensas porções de terra continuarem a ser ocupadas pelo agronegócio, e cada vez menos poliprodutores forem responsáveis por uma produção preocupada com uma demanda alimentícia, amplia-se o medo de uma possível super valorização dos alimentos, tal qual a produção agrícola vem se estabelecendo expansivamente em produtos de foco não alimentícios. Percebemos dessa maneira, que as desculpas empáticas da Revolução Verde tem caracterizado esse processo pela sua contrariedade, uma vez que ele se resulta como mais uma ferramenta de expansão produtiva, sem resultados sociais benéficos.

## **2.4 Expansão da fronteira agrícola nacional**

A fronteira agrícola é a representação de uma área definida da expansão agropecuária sobre o meio natural. É normalmente nela aonde temos fortes evidências de conflitos envolvendo a posse e o uso da terra sobre as chamadas terras devolutas, espaços naturais pertencentes à união que não possuem vínculo de propriedade legal.

Ao longo da história, essa fronteira foi se expandindo e se apropriando de novas regiões. A primeira fronteira agrícola nacional surgiu do período pós-descobrimento com a implementação da produção agrícola por parte da Coroa Portuguesa na Colônia na zona litorânea composta predominantemente pela Mata Atlântica.

Do século XVI ao século XX, diversas foram as modificações na produção agrícola, na ocupação do território, na propriedade das terras e no seu uso, e consequentemente na ampliação da fronteira agrícola. Mas é no pós-guerra, contemporâneo do aceleração da urbanização e intensificação de mudanças do meio técnico-científico-informacional de um

novo mundo globalizado que as práticas agrícolas modernas expandiram-se de forma mais intensa para o interior do território nacional.

De acordo com as proposições de Milton Santos (1986, 1993, 1996), as regiões Sudeste e Sul foram as primeiras atingidas e transformadas diretamente pelos processos de modernização, formando o que ele vai chamar de *Região Concentrada*. Tendo sido essa região, somada a região Centro-Oeste, “os espaços agrícolas alvo de transformação nos últimos quarentas anos no Brasil” (ELIAS, 2006, p. 31).

O Nordeste, por sua vez, se apresenta como região resistente, mas não menos considerada pelos ideais expansivos do agronegócio, ora por condições adversas ao setor produtivo, ora pela própria estrutura fundiária concentrada. Mas ainda assim, principalmente pela evidência de alguns vales úmidos, o semiárido compõe o exército de lugares de reserva para o agronegócio, e possui atrativos incorporáveis ao circuito produtivo globalizado.

“(…) hoje existe acentuada dicotomia entre agricultura tradicional e agricultura científica. Mencionada dicotomia apresenta-se em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros pontos luminosos (SANTOS, 2000, 2001) em pleno semi-árido, especialmente em alguns dos seus vales úmidos (submédio São Francisco e baixo curso dos rios Açu e Jaguaribe), assim como nos seus cerrados, particularmente no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e no sul do Piauí.” (ELIAS, 2006, p. 33)

A reestruturação dos meios produtivos resultante dos avanços tecnológicos, da ampliação das relações comerciais globalizadas, da complexificação do mercado e da inserção de novos insumos à cadeia produtiva foram fatores fundamentais do aceleração desenfreado das modernas relações capitalistas de produção no campo brasileiro, impulsionando o surgimento de fronteiras agrícolas em novas regiões.

Apoiada também em políticas estatais como a Marcha para Oeste, implementada por Getúlio Vargas e da política de substituição de importações promovida por Juscelino Kubitschek, a fronteira agrícola nacional, pressionada pela necessidade produtiva se expande de forma rápida e em novas regiões.

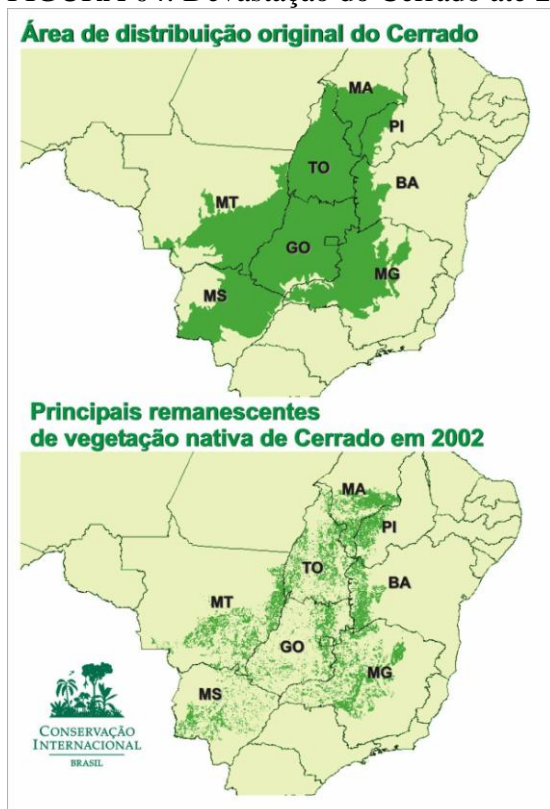
Nesse contexto, a região foco da expansão da fronteira agrícola nacional, além da já tradicional e significativa Região Concentrada, passou a ser o Centro-Oeste, com frentes migratórias de produtores advindos do Sul e do Sudeste do Brasil que buscavam se estabelecer enquanto produtores agrícolas. Com isso, estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram uma transformação econômica e espacial considerável, uma vez

que ampliaram sua participação no PIB nacional pelo setor agrícola e foram atingidos com o progresso advindo do desenvolvimento infraestrutural necessário para a cadeia produtiva desses tempos.

Aproveitando esse momento de avanços nas relações produtivas, comerciais, diplomáticas e sociais, políticas estatais de investimento para a expansão da produção agrícola nacional foram estabelecidas, inclusive em parceria com outros países, a exemplo do programa PRODECER (que será aprofundado no próximo capítulo) que viabilizou essa expansão da fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste brasileiro. Os estados dessa região se transformaram em verdadeiros celeiros, produtores principalmente de grãos, destacando a forte participação na produção de soja voltada para a exportação.

Essa reestruturação da produção agrícola, assim como toda a intrusão de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor, resultou no dito progresso, infraestrutura, empregos, qualidade de vida, participação ativa e representativa no PIB, e etc. Porém, ao mesmo passo em que se evidenciava uma intensiva devastação do Cerrado, que atualmente conta com menos de 20% de suas reservas originais.

FIGURA 04: Devastação do Cerrado até 2002.



Fonte: ISPN; como visto em <http://www.ispn.org.br/arquivos/mapa-desmatamento-cerrado.jpg>, setembro de 2014.

Paralelo à expansão dessa fronteira agrícola na região Centro-Oeste, e atualmente uma grande preocupação que chega a ser de caráter mundial, existe uma fronteira agrícola em expansão constante que avança em direção à região Norte do país e que registra recorrentes conflitos na área da Floresta Amazônica, não apenas de caráter econômico ou político, da ilegalidade da apropriação de terras preservadas em sua primeira natureza, mas também da invasão de terras de comunidades tradicionais e de povos indígenas.

Um conhecido exemplo desses conflitos na região Norte relacionados à expansão da fronteira agrícola é o caso Doroth Stang, uma ativista estadunidense naturalizada brasileira assassinada por fazendeiros no Pará que possuía atividade pastoral e missionária com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, atuava com trabalhadores rurais da área da rodovia Transamazônica e minimização dos conflitos fundiários na região.

Generalizando o processo de expansão de uma fronteira agrícola, temos a comum evidência de uma frente de expansão, normalmente realizada pelos posseiros que iniciam um processo de cultivo sobre as terras devolutas, envolvendo agricultura familiar e de subsistência, seguida por uma frente pioneira, responsável pela consolidação da atividade agropecuária.

A fase de assimilação de novas terras é acompanhada por uma frente de grandes fazendeiros que, geralmente através do processo de grilagem<sup>11</sup>, intitulam-se os donos das terras utilizadas pelos posseiros e até mesmo de terras pertencentes a comunidades tradicionais e povos indígenas, com fins de se estabelecer a dinâmica produtiva para a área expandida.

Tendo como implementada e firmada a propriedade da terra e sua função agrícola, surge então o alicerce para posteriores etapas de modernização produtiva e do atrativo para a agroindústria de insumos e processamento, trazendo consigo ainda outros serviços e

---

<sup>11</sup> Falsificação de documentos e títulos de propriedades a fim de regularizar a ocupação ilegal de terras. A expressão surge de um método de envelhecimento do papel, aonde os documentos eram colocados em uma caixa com grilos aonde a ação dos insetos em algum tempo dá aos papéis aparência envelhecida.

consequentemente novos empregos, modificando drasticamente a configuração espacial e a dinâmica de uma determinada região.

Dessas disputas territoriais envolvendo indígenas e, principalmente, os posseiros e os grileiros surgem os principais conflitos no campo, com atuação violenta e irrestrita de áreas onde parece não haver lei, ou aonde ela não é soberana e considerada. Nesse trâmite conflituoso, e enquanto não há regularização das propriedades, intensificam-se atividades de remoção e comercialização ilegal, por exemplo, de madeira oriunda de reservas florestais.

O meio rural brasileiro, com toda a problemática fundiária em dimensões continentais e com a reprodução de uma estrutura arcaica de relações no campo, que não passaram por uma efetiva reforma agrária, demanda com urgência a intervenção estatal para a reestruturação do latifúndio. O uso da terra no Brasil é característico pela desigualdade, pelos conflitos latentes e banalizados e pela fraude de documentação de posse. Segundo uma pesquisa comparativa realizada em 2012 entre o processo de retomada das terras devolutas do portal do Paranapanema, em São Paulo, com o que estava acontecendo em São Félix do Xingú, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que metade dos documentos de posse de terra no Brasil é ilegal.

## **2.5 Agricultura familiar X Agronegócio**

Com os avanços tecnológicos e biotecnológicos provindos do meio técnico-científico-informacional do pós-guerra, e com toda a já abordada expansão e apropriação efetiva do capital globalizado nos meios de produção em todo o mundo, a característica primordial e milenar da função da produção agrícola foi se tornando apenas uma das categorias dentre as novas demandas da produção agrícola no mundo.

A pressão exercida por órgãos mundiais do capital, principalmente nos países de terceiro mundo ou ainda “em desenvolvimento”, impulsionou a adaptação de suas relações produtivas em concordância às novas demandas consumistas do mercado mundial. Era o momento da distinção entre a agricultura e o agronegócio; a atividade econômica tradicional de produção de alimentos fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de mercadorias para o mercado mundial (OLIVEIRA, 2007)



Dessa forma, e com todo o atrativo financeiro proveniente das práticas do agronegócio, grandes fazendeiros aderiram às práticas monoculturais das demandas de *commodities* do agronegócio mundial. Podendo aplicar renda da terra diferencial em sua produção, os grandes proprietários detentores de capital conseguiram se adequar ao novo mercado e seus requisitos de competição globalizada através da modernização e mecanização de sua produção agrícola, enquanto pequenos produtores, poliprodutores e camponeses se mantiveram na dinâmica da produção familiar e consequentemente focada em necessidades do mercado alimentício local.

A obsessão pela expansão produtiva, o aumento da produção e consequentemente do lucro são os combustíveis da expansão da fronteira agrícola e da reestruturação das relações do campo brasileiro, e são aqui também uma das maiores, se não a maior, causa dos conflitos entre as diferentes escalas produtivas e do imenso latifúndio insustentável do país, sempre se apoiando nos ideais de desenvolvimento e crescimento econômico. A oferta de tecnologias para grandes áreas agricultáveis faz do Brasil um importante produtor de alimentos.

A concepção maniqueísta de divisão da agricultura em dois polos vê na agricultura familiar a representação do antigo, em caráter pejorativo, do campo atrasado e não desenvolvido. Como se fosse um empecilho para a assimilação de novas terras que poderiam estar servindo à cadeia produtiva das empresas de processamento e exportação.

O histórico do tratamento privilegiado dado às gerações de grandes fazendeiros e latifundiários em contraponto à também histórica e precária subsistência aos agricultores familiares está intimamente ligado a contradição e a rivalidade existentes na concepção dualizada entre o que é chamado de agronegócio e a agricultura familiar. Um exemplo disso é a disponibilização de crédito agrícola por meio de bancos públicos que sempre financiou os grandes produtores rurais.

Em um país de tais dimensões e com uma extensa gama de tipologias distintas, fazer uma classificação tão dual e pontual para a caracterização da agricultura é no mínimo superficializar as relações do nosso complexo campo. A banalidade do ciclo vicioso de concentração de terra-renda-poder-privilégios no Brasil demonstra que o problema dos conflitos do campo vai além dessa classificação. A respeito desse pensamento:

“(…) Há o grande agricultor que participa do mercado formal e, inserido no sistema de arrecadação tributária, garante direitos trabalhistas ao seu assalariado. Há o latifúndio improdutivo, cujo gado é alugado para justificar a sua não desapropriação para fins de reforma agrária, e o canavial com trabalhadores em situação similar à escravidão ou com condições de trabalho dos primórdios da revolução industrial. Tem-se também o agricultor familiar integrado que, por exemplo, produz exclusivamente aves e tem a sua comercialização garantida para agroindústria de frango.” (FERRO, 2014, p. 1)

Dessa forma, e em concordância com a citação acima que exemplifica algumas tipologias mais frequentes da caracterização dos produtores brasileiros, é possível compreender que a distinção dual da agricultura é limitada, apesar de representativa da superficialidade das rivalidades contidas atualmente no campo. Até porque a categorização de cada produção se dá por critérios capitalistas vinculados a modernização dos meios produção e da renda da terra (capital) disponível e pelo foco de demanda da mercadoria produzida.

“Não se pode deixar de considerar as inúmeras propriedades familiares com alto grau de produtividade de diversos alimentos, cuja comercialização aquece intensamente a economia local. E ainda há comunidades inteiras de agricultores familiares, cuja produção se destina basicamente ao auto-consumo e estão abaixo do nível de pobreza.” (FERRO, 2014, p. 1)

Enquanto a produção familiar trabalhar com a demanda de um mercado local, alimentício, e por mais que esta produza em altos níveis de produtividade de diversos alimentos ela não será considerada agronegócio, mesmo que traga consigo características de renda da terra diferencial elevada. Dessa forma, observa-se que em muitos momentos o agronegócio e a agricultura familiar, considerando a distinção tradicional, não disputam um mesmo mercado e portanto não competem entre si diretamente.

Sempre que os custos de processamento e exportação não forem amenizados pelo aumento do lucro proveniente da modernização produtiva dos grandes proprietários detentores de renda da terra diferencial, não haverá concorrência direta entre o pequeno produtor que trabalha de acordo com demandas locais alimentícias e o grande agronegócio. Ou seja, enquanto o custo-benefício da produção local se mantiver melhor do que a assimilação de produtos de um grande mercado globalizado, a demanda alimentícia de caráter específico ainda preferirá a agricultura familiar. Cabendo a concorrência aos produtores dessa mesma categoria de produção familiar que vão se distinguir pela capacidade produtiva e renda da terra.

A grande jogada dessa distinção polarizada está novamente no marketing, assim como foi o momento da disseminação da Revolução Verde, trabalhando fortemente na conquista opinião comum, na concepção a ser formada sobre cada categoria. Caracterizando

latifundiários improdutivos e escravocratas como os verdadeiros detentores do progresso, responsáveis pelo agronegócio intimamente relacionado ao desenvolvimento produtivo, geração de emprego e fortalecimento da economia, o ideal neoliberal, que considera as ideias socialistas como mortas, interpretava e subjulgava a agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar (OLIVEIRA, 2007).

Por outro lado, ainda que a agricultura familiar valorize a diversidade por meio do policultivo e não costume trabalhar de forma insustentável na utilização de recursos naturais, e sem a aplicação de insumos bioquímicos que degradam o solo para a defesa e aumento produtivo, é errado considerar que sejam os exemplares de conservação de água, solo e biodiversidade.

A falta de tecnologia e de conhecimento além de deixar de utilizar todo o potencial produtivo da terra, pode também resultar em degradação do solo, lençol freático e atmosfera por mal uso. Ao mesmo passo, observamos que a aplicação intensa de tecnologias tende a provocar poluição direta através dos insumos bioquímicos, redução da biodiversidade por meio de transgênicos, e problemáticas sociais devido à modernização dos meios de produção que limita a mão de obra humana.

“Conclui-se que a composição do que se chama agricultura familiar comporta pequenos proprietários de terra que tem uma relação de confronto de interesses com os latifundiários no que tange as políticas públicas, os recursos financeiros e naturais e as relações sociais de produção. Portanto, mais racional e produtivo é se atentar para o papel do Estado na construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável no campo brasileiro. Somente o Estado pode cumprir o papel de regulador e guardião da democratização dos recursos financeiros e naturais, como também o de promotor da produção de alimentos de forma sustentável.” (FERRO, 2014, p. 1)

A grande questão, portanto, não está na luta contra o modelo produtivo mais destrutivo, mais expropriador, mais desigual ou mais insustentável, e sim na luta pela participação do Estado na construção de uma sociedade mais democrática, menos desigual e segregada. Não distante a essa lógica, o entendimento da evolução das relações de produção no campo é fundamental para uma efetiva revolução agrária, e seus frequentes atritos por conta do constante choque entre modelos produtivos tradicionais e modernos.

Enquanto houverem demandas absurdas, absurdos serão cometidos para se adequar a oferta, e enquanto esses mesmos absurdos não trouxerem consequências preocupantes ao sistema apenas o suprimimento do consumismo será considerado.

### **Capítulo 3. ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE CRISTALINA NA ÓTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA**

#### **3.1 Caracterização da área de estudo**

Cristalina é um município brasileiro do estado de Goiás, encontra-se na mesorregião do Leste Goiano e é considerada da microrregião Entorno do Distrito Federal. Pertence a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é cortado por duas importantes rodovias brasileiras, a BR-040 e a BR-050.

O município de Cristalina está localizado a 130 quilômetros de Brasília–DF, 257 quilômetros de Goiânia–GO, 600 quilômetros de Belo Horizonte–MG, 900 quilômetros de São Paulo–SP, 330 quilômetros de Uberlândia–MG, 180 quilômetros de Catalão–GO.

Sua população é de 51149 habitantes, segundo a Estimativa Populacional de 2013 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua área<sup>12</sup> é de 6.160,722 km<sup>2</sup> e está a uma altitude de 1.189 metros.

O clima da região caracteriza-se por tropical com estação seca (tipo Aw segundo Köppen), tendo bem definidas as duas estações, seca e chuvosa. Em comparação a disposição climática de outras cidades goianas Cristalina é considerada de temperatura mais amena, uma vez que seus verões são menos intensos que o resto do estado.

A vegetação natural do município de Cristalina é o Cerrado, a mesma predominante no estado de Goiás, com fortes evidências de formações campestres de Cerrado, conhecidos como campo limpo e campo sujo (ou campo pós-limpo).

---

<sup>12</sup> IBGE (10 de outubro de 2002). “Área territorial oficial”. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02).

FIGURA 05: Localização do município de Cristalina (GO)



Fonte: o autor, setembro de 2014

Está posicionado na ponta setentrional de Goiás, aonde há o encontro das BR's 040 e 050 e BR 251 por via asfaltada, o que expõe a presença de um entroncamento rodoviário que liga Cristalina à capital do país, à Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro, e a BR-050 que estabelece sua conexão com o Triângulo Mineiro<sup>13</sup> e São Paulo. Essa disposição geográfica justifica a presença estratégica do Exército Brasileiro, através da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, e viabiliza a facilidade no transporte do escoamento produtivo do município.

Considerado um dos municípios que mais crescem em Goiás, tanto populacionalmente quanto economicamente, o município de Cristalina atualmente representa posição de destaque na produção agrícola nacional, desde a reformulação de sua atividade produtiva a partir de 1980 e assume o segundo lugar entre os produtores de soja do país.

Esse crescimento econômico está intimamente ligado ao aprimoramento da agricultura do município, que passa por processos de modernização do campo e expansão produtiva do setor agrícola, apoiadas em projetos de expansão produtiva como o PRODECER, que será discutido mais adiante.

### **3.2 História e economia do município**

A região, antes conhecida como Serra dos Cristais, teve o início de sua atividade econômica com a instalação de garimpos para extração mineral. Desde 1880, os cristais ali extraídos tinham como destino, à lombo de burros, a cidade de Paracatu, de onde seriam encaminhados para o porto do Rio de Janeiro e então exportados para a Europa, aonde seriam manufaturados pela lapidação ou pela indústria de aparelhos óticos.

A economia do município, assim como o nome que hoje perdura, sempre esteve relacionada à extração mineral dos cristais que são encontrados em quantidade abundante no solo da região. Hoje, a extração do cristal já não é representativa da economia local e apenas perdura em pequena escala como forma de manutenção de uma cultura histórica da antiga Vila de São Sebastião da Serra dos Cristais, e serve de atrativo turístico para o artesanato e pontos turísticos com grandes afloramentos de quartzo.

---

<sup>13</sup> O Triângulo Mineiro é uma das regiões mais ricas do estado de Minas Gerais, se localiza no oeste mineiro e tem como principais cidade: Uberlândia, Uberaba, Araxá, Araguari, Patos de Minas, Ituiutaba e Patrocínio. Caracteriza-se como foco da do escoamento da produção industrial regional

A década correspondente a segunda grande guerra foi a de maior demanda para os cristais da região, uma vez que a indústria bélica necessitava desse minério para a confecção de diversos materiais transparentes como lupas, binóculos, miras de armas, óculos e outros tipos de aplicações de lentes para maquinário industrial.

Com o avanço tecnológico impulsionado pela segunda guerra mundial, várias foram as evoluções da indústria e da cadeia produtiva, assim como da criação e manipulação de novos materiais no auxílio produtivo. Entre tais adventos, surge o plástico em suas tantas formas e aplicações, dentre eles o poliestireno cristal e o acrílico.

Difundida no pós-guerra, essa tecnologia reorganizou o mercado de matéria-prima para a indústria mundial. A manipulação deste tipo de plástico afetou diretamente o mercado consumidor dos cristais extraídos em larga escala no município de Cristalina devido a uma, até então, demanda altíssima pela matéria-prima.

Tais materiais substituem o cristal em inúmeras aplicações devido ao baixo custo, fácil processamento, elevada transparência e dissociação da necessidade de atividade de extração mineral intensa. Sendo assim, o produto gerado pelo setor extrativista mineral do município de Cristalina perde mercado e passa a se esvaír com o passar dos anos, diminuindo o interesse aos olhos do grande capital naquela região que não mais fornece insumos queridos do mercado globalizado e então passa por um lento processo de adaptação econômica.

Até 1981 a atividade agrícola na região era limitada, servia basicamente para a necessidade de uma demanda local por alimentos, a pecuária era de subsistência e o município ainda vivia os resquícios dos garimpos. Estabelecia-se uma dependência econômica com municípios vizinhos e a participação no PIB era baixa, uma vez que a economia da região ainda não havia sido readaptada para a reinserção a uma demanda, agora globalizada, do mercado mundial.

Apesar de hoje o município ser autossuficiente e de chegar a representar posição de destaque na produção agrícola nacional, principalmente na produção de soja, possuindo atualmente em suas lavouras mais de quatrocentos pivôs centrais instalados (BESSA, 2006),

Cristalina ainda pertence a RIDE-DF<sup>14</sup>. Porém, desde a eficiência do programa PRODECER em desenvolver a produção agrícola do Cerrado brasileiro, o município não mais demonstra dependência econômica com o Distrito Federal, sendo hoje significativo no abastecimento de alimentos para a capital federal.

### **3.2.1 Programa PRODECER e sua influência no município**

Em 1974, a indústria japonesa, diante do problema do fornecimento de grãos para sua atividade de manufatura e processamento, e o Brasil, que desejava a expansão produtiva da agricultura da Região dos Cerrados, uniram forças para a elaboração do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) devido à frustração da safra de grãos ocorrida em âmbito mundial em anos anteriores.

Com os já vigentes processos de reorganização do espaço rural brasileiro, provocados pela difusão do meio técnico-científico-informacional e das tecnológicas ferramentas de reestruturação da cadeia produtiva, elaborar um projeto de expansão produtiva e ocupação funcional para territórios até então improdutivos, ou pouco produtivos, era só mais um passo, dessa vez político, diplomático e estatal para o desenvolvimento agrícola do país.

O programa passou a se desenvolver e tomar forma com um comunicado conjunto assinado pelo então primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974. Formalizando e dando início às relações entre os dois países no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola, o PRODECER, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (Campo), obteve todo o apoio necessário das cooperativas agrícolas e dos produtores rurais, consolidando-se assim como um programa de desenvolvimento regional de sucesso.

Objetivando a ocupação das áreas de Cerrado para a produção agrícola e o aproveitamento produtivo em todo seu potencial, a partir também do estímulo a migração

---

<sup>14</sup> Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. É a região que prevê articulação da ação administrativa entre o DF e municípios de Goiás e Minas Gerais próximos, considerando infraestrutura, produção agropecuária e abastecimento, transportes e redes de fluxo e geração de empregos, entre outros.



racional, o programa nipo-brasileiro trabalhou com quatro objetivos específicos: estimular o aumento da produção de alimentos, contribuir para o desenvolvimento regional do Brasil, aumentar a oferta de alimentos no mundo e desenvolver a região do Cerrado (Fonte: <http://www.campo.com.br/proceder/>, em setembro de 2014).

Para o sucesso dos objetivos do programa, era necessário mecanizar, modernizar e desenvolver a agricultura na região Centro-Oeste. Com um novo meio geográfico agora técnico científico informacional, alterado pela verdadeira urbanização e industrialização efetiva dos anos 70 no Brasil, transforma-se não apenas a composição técnica dos meios rurais, mas também a composição orgânica deles.

Uma vez que o advento da biotecnologia e o novo mercado de fertilizantes, herbicidas e transgênicos assume importância a partir da globalização, e se caracteriza ferramenta da expansão de fronteiras agrícolas, pós Revolução Verde, aliado ainda aos processos de integração nacional e desenvolvimento do setor secundário no país, com a hegemonia industrial paulista do momento, as relações socioespaciais do campo brasileiro se readaptam, porém mantendo as arcaicas problemáticas sociais. É o que Milton Santos vai chamar de subdesenvolvimento industrial.

Evidência da modernização do campo brasileiro são o crescimento da frota de tratores e a ascensão das técnicas de irrigação mecanizada, que se instalam principalmente em áreas até então menos visadas pelo setor agrícola para a transformação das mesmas em zonas de agricultura de exportação.

Em 1970, momento anterior à aplicação do PRODECER, a região Centro-Oeste possuía 1,8% das terras irrigadas do país e 1,06% da frota nacional de tratores, enquanto em 1996, já resultante do desenvolvimento das regiões de Cerrado, alcançava a marca de 8,35% das terras irrigadas do país e 14,24% da frota nacional de tratores (SANTOS, 2001, p. 56).

“Paralelamente aos progressos da biotecnologia, à função da Embrapa e a todo um leque de manifestações da mecanização, da informatização e da quimização, as técnicas de regadio tiveram papel fundamental na transformação de áreas quase desertas em soja.” (SANTOS, 2001, p. 56)

Era o sucesso do programa nipo-brasileiro e a consequente caracterização da produção agrícola da região Centro-Oeste como de caráter capitalista, distante de demandas alimentícias locais ou globalizadas.

O programa deixava claro que as novas demandas e imposições do meio técnico-científico-informacional se fazia presente, influenciando diretamente em dinâmicas espaciais e promovendo alteração nas relações de trabalho, agora também excludente da necessidade da mão de obra humana, como se já não bastasse a recorrente exploração da mesma para fins de mais-valia.

A eficiência do PRODECER justifica-se ainda pela evidência dos polos de desenvolvimento agrícola criados e ampliados, e também da subsequente ocupação de áreas improdutivas, o que consequentemente resultou em melhorias de infraestrutura para a região centro-oeste através dos governos estaduais e municipais das áreas abarcadas pelo programa. Ampliar a participação da produção de grãos do Brasil em um mercado que anseia pela oferta destes, era impulso necessário para que incentivos produtivos tivessem êxito quando alcançado o mercado.

Resultado esse observado no município de Cristalina, uma vez que o desenvolvimento agrícola, e ascensão do setor nas importâncias econômicas do município, tiveram como pontapé inicial as políticas de ocupação, migração racional e modernização produtiva, trazidas pelo programa PRODECER. Exemplo claro são as primeiras culturas de soja neste município que datam de 1981 e que passaram a caracterizar o PIB do município a partir da década de 90.

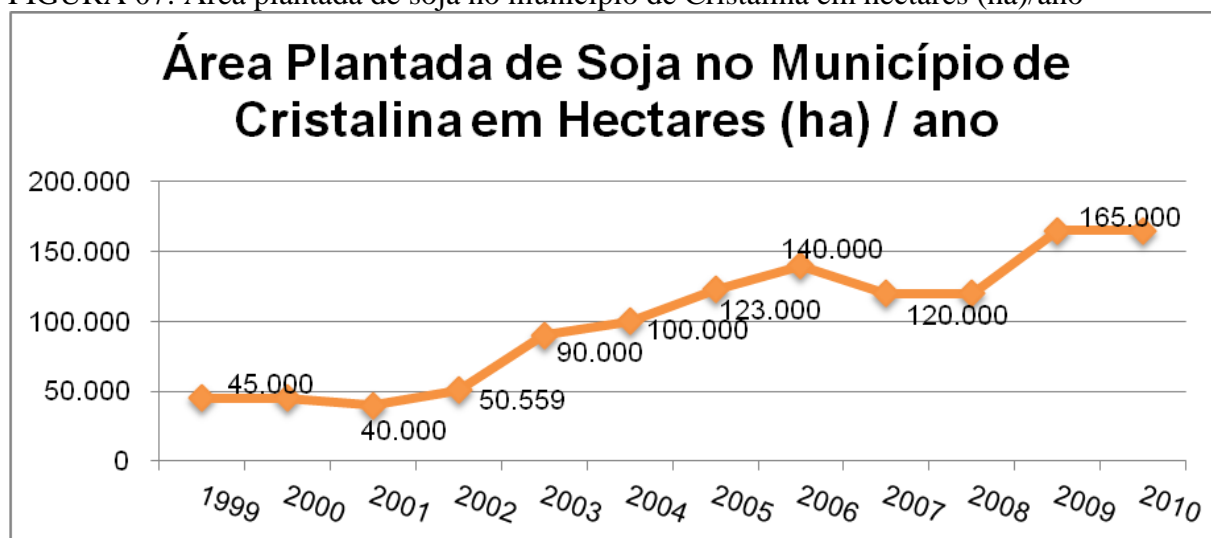
FIGURA 06: Produção de soja no município de Cristalina, a preços do ano 2000 em R\$/ano



Fonte: IPEADATA, 28/04/2014

O aumento de mais de 500% na produção de soja no município de Cristalina entre 1999 e 2010, como demonstra a figura 06, está intimamente relacionada a expansão de terras destinadas a essa cultura. Não apenas as políticas para tecnificação e modernização da agricultura influenciaram no aproveitamento das safras, na eficácia do plantio e na consequente expansão produtiva, mas também o convencimento das demandas de mercado do agronegócio que favorecidas por condições climáticas e facilidades de escoamento produtivo, favoreceu Cristalina.

FIGURA 07: Área plantada de soja no município de Cristalina em hectares (ha)/ano



Fonte: IPEADATA, 28/04/2014

A figura 07, portanto, demonstra como a agricultura regional afetada pelas transformações sugeridas pelo novo modo de produção agropecuário, moderno e mecanizado pós década de 70 (com o advento da modernização da produção rural e da efetiva aplicação pelo PRODECER, entre outros programas), corrobora na constante diminuição da diversificação de culturas de plantio.

Ou seja, a expansão dos produtos agrícolas mais demandados pelo agronegócio em um mercado globalizado propicia a crescente expansão e consolidação das grandes monoculturas e da influência das práticas do latifúndio, principalmente referentes ao cultivo de soja.

### **3.3 A expansiva cultura da soja e sua influência espacial**

Graças à tecnificação dos meios de produção, aliados aos programas estatais para o desenvolvimento do campo brasileiro que corroboraram na expansão da fronteira agrícola da região Centro-Oeste do país, Cristalina produz hoje principalmente soja, milho, arroz, feijão, algodão, café e tomate. Apesar da fruticultura, praticada por pequenos produtores, também ter certo peso na economia do município, são os grãos que representam a grande participação na produção nacional, sendo a soja a cultura que dá destaque a agricultura de Cristalina em caráter nacional.

Seja pela influência estratégica da disposição do entroncamento rodoviário presente no município, facilitador do escoamento produtivo, ou pela própria característica de fácil comercialização da soja devido a constante e crescente demanda e do incentivo produtivo providenciado por bancos mundiais e estatais, essa cultura já tão representativa da economia agrícola da região Centro-Oeste vem em constante processo de expansão (BESSA, 2006).

A apropriação e reconfiguração da cadeia produtiva, que reestrutura as relações do campo e aumenta o interesse do capital externo pelas práticas agrícolas da região central do Brasil, também provoca alterações no espaço regional. A soja, por ser o produto mais visado pelo agronegócio, “(...) tem íntima influência como o aspecto socioeconômico e cultural do município, vez que além de gerar receita transforma os costumes” (BESSA, 2006, p. 57).

O trabalhador rural passa, então, por um processo de expulsão do campo por meio da substituição de sua mão de obra e os poliprodutores tradicionais sofrem com a atrativa valorização de suas propriedades, contribuindo assim para o aceleração nos processos de urbanização, inflando a massa da mão de obra de reserva do proletário urbano. A cidade, por sua vez, não dispõe de estrutura física ou social para a inserção nas relações contidas em seu espaço produtivo, por se tratar de um trabalhador desqualificado para as demandas do emprego urbano e tende a se estabelecer na cidade de forma marginalizada, tanto social como economicamente.

### **3.4 A atuação do Sindicato Rural de Cristalina**

Foi realizado um trabalho de campo na sede município de Cristalina com o objetivo de identificar um posicionamento claro de representações locais do setor produtivo e do Estado quanto à produção agrícola local e seus processos de modificação atuais, bem como das consequências sociais da modernização dos meios de produção e da reconfiguração econômica sofrida pelo município.

Para tal, foram realizadas duas visitas, uma ao Sindicato Rural de Cristalina e outra à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio, respectivamente.

No primeiro encontro, acontecido no prédio do Sindicato Rural, o presidente da agremiação recebeu a comunidade acadêmica para uma conversa esclarecedora sobre a área de atuação direta do sindicato na agricultura local e das atividades relacionadas a dinâmica política e econômica do setor agrícola do município.

Sempre deixando claro seu posicionamento pessoal favorável a inserção e disseminação da modernização agrícola no município, o presidente do Sindicato buscou sempre embasar sua argumentação produtivista com dados quantitativos da produção de grãos em Cristalina.

O Sindicato Rural, demonstrando claramente atuar em conjunto com proprietários de terras, afinal não carrega nem no título e nem no discurso uma preocupação efetiva com os trabalhadores rurais, apresenta de forma ferrenha objetivos de apoio a expansão produtiva, como da tecnificação dos meios de produção da região e como da crescente infraestrutura rural para a irrigação moderna.

A irrigação no município, somada as condições climáticas perfeitas para o plantio em diversas épocas do ano, torna possível a evidência de mais safras em um mesmo ano. Porém, ainda segundo a fala do presidente do Sindicato, o que falta são obras que forneçam a capacidade hídrica necessária para o sustento da irrigação moderna e um maior incentivo para a implementação dessa tecnologia ao longo de mais hectares na região.

Mais uma vez o discurso proferido pelo representante do Sindicato se mostrou mais preocupado com o aumento da capacidade produtiva, e consequente ampliação da participação no PIB, do que com problemáticas da classe trabalhadora rural de seu município

ou dos conflitos locais presentes no campo. O desenvolvimento acaba se mostrando, dessa forma, sempre correlacionado com a invasão do capital financeiro, da agroindústria dos insumos e da biotecnologia, e consequentemente da apropriação das dinâmicas produtivas locais pelo grande agronegócio.

Subconsiderando a problemática social existente e não abordando a existência do assentamento rural de Três Barras, o maior do município, que conta com mais de onze mil hectares e é sede de conflitos entre grandes latifundiários e MST a mais de 25 anos, o ponto de vista do Sindicato tratou a questão agrária um obstáculo ao momento de modernização local. Por vários momentos reproduzindo em sua fala o desconforto da lógica capitalista com as resistentes produções tradicionais e com a luta de retorno do camponês a terra.

O sindicato atua, portanto, a partir de uma ótica claramente capitalista, o aumento produtivo que por vezes é tratado como o sucesso de suas atividades, não é acompanhado por uma preocupação com o trabalhador rural ou com pequenos produtores resistentes aos processos de modernização, e quando esse poliprodutor tradicional vem a ser considerado acaba sendo com o objetivo da sua inserção no mercado globalizado e consequente readaptação de sua prática agrícola para equiparação produtiva. A quantificação de dados econômicos, portanto, não veio acompanhada em nenhum momento de dados qualitativos e sociais do município.

Tendo resistido ao pastoreio da nova lógica produtiva do meio técnico-científico-informacional e do mercado globalizado que se disseminou por todo o mundo, e não tendo também assimilado os tão requisitados insumos agrícolas tecnológicos e biotecnológicos à sua cadeia produtiva, o produtor tradicional não se adequou a ampliação da produção e é considerado então, perante a aparente ótica capitalista do Sindicato, uma barreira a ser ultrapassada, desmembrada ou inserida à lógica do desenvolvimento econômico reproduzida no município.

Quanto aos programas de incentivo produtivo e desenvolvimento agrícola aplicados ao município, era sempre salientado o Programa PRODECER (abordado neste trabalho no subcapítulo 3.2.1), tratado como marco do desenvolvimento de Cristalina. Se utilizando, novamente, do discurso de ascensão participativa da economia do estado de Goiás no montante nacional, o Sindicato mostrou o caráter cegamente reprodutor dos ideais de

progresso e modernização agrícola injetados nas novas políticas de incentivo rural e nos programas de expansão agrícola nacional.

Podemos citar aqui, levando em conta o teor das declarações, a fala do Presidente do Sindicato Rural de Cristalina em 2004, que apesar de terem se passado dez anos se mantém em mesma parcialidade, mas com evolução numérica de dados, e que constam na publicação do Jornal Município em Foco, in Economia e Desenvolvimento (outubro/dezembro, 2004). A respeito da expansão produtiva e da emergente agricultura no município de Cristalina:

“Com uso de modernas tecnologias que incluem correção de solo, adubação, plantio direto e uso de equipamentos adequados, a agricultura é, sem dúvida, o fator econômico emergente no município de Cristalina. São mais de 200 mil hectares cultivados todos os anos, número que se eleva para mais de 240 mil hectares, considerando-se a área irrigada de 40 mil hectares, nas quais é possível fazer mais de um cultivo anual. Para se ter ideia da pujança do setor agrícola do município, em 2003 foram plantados 90 mil hectares de soja, com produção de 270 mil toneladas de grãos. O milho foi cultivado em 25 mil hectares na primeira safra (safra de verão), com produção de 172.500 toneladas. Outras culturas plantadas no inverno (irrigadas) têm igualmente importância econômica para o município, ainda mais porque geram emprego e renda no período seco do ano, quando não há trabalho nas lavouras de verão.” (BESSA, 2006, p. 55)

As lavouras de verão, supracitadas, fazem menção às práticas agrícolas tradicionais que dependem do regime de chuvas anual, fundamental para a irrigação da plantação sem as técnicas de irrigação.

Tendo em vista que as demais safras, as de inverno, se utilizam das modernas tecnologias de irrigação, tratamento do solo e qualidade da semente para a eficiência de sua colheita, o período produtivo anual se multiplica. Ampliando ainda mais a margem de lucro dos produtores que puderam aplicar renda da terra em seu meio de produção, a prática moderna, mecanizada e tecnificada também acaba por apoiar o grande latifúndio, em detrimento da agricultura familiar.

Não apenas pela redução de custos da modernização produtiva, mas também pelo aumento do número de safras, e pela subsequente reconfiguração da mão de obra (agora já não mais massivamente humana), esse período de modernização se entrelaça superficialmente com o conceito de desenvolvimento, afinal em um primeiro momento mais é produzido e menos trabalhadores estão empregados nas atividades pesadas da agricultura.

A soja e o milho, absolutamente preferidos do Sindicato no incentivo da reconfiguração das culturas em Cristalina, permanecem no discurso da mesma forma em que

são considerados pelo agronegócio: como as culturas mais representativas da economia do município e que hoje atingem a marca de 160 mil hectares de soja cultivada e 50 mil hectares de milho.

Devido à continuidade do processo de modernização da agricultura local, a construção de barragens e os investimentos para a ampliação da cultura irrigada tornaram viáveis não apenas a eficiência produtiva dos hectares já destinados às citadas culturas, como também a ampliação da fronteira agrícola da região Centro-Oeste, que se apropria de extensões cada vez maiores de Cerrado natural para atividades agrícolas.

“A abordagem sobre a depredação do bioma Cerrado/município de Cristalina, ressalta o paradoxo existente no momento social vigente, onde observamos um considerável crescimento sócio-econômico em detrimento da degradação do bioma e a desorganização social.” (BESSA, 2006, p. 118)

As alterações na natureza e no espaço rural, com a comum construção de barragens, acabam por serem pouco consideradas enquanto problemas ambientais para o município, que como tantos outros da região Centro-Oeste, perdeu grandes extensões de Cerrado natural e viu as relações sociais se alterarem à medida que a modernização agrícola atingia a região.

A geração de lucros, a infraestrutura e a melhora no poder de consumo de alguns, subsequentes da modernização e expansão produtiva, parece ofuscar o lado perverso e degradante da expansão produtiva e da invasão apropriadora do modo de produção capitalista disseminado no mundo, e fortemente responsável pelas mudanças da paisagem do município.

Com mais de duzentas barragens construídas, a moderna irrigação do município e a possibilidade de ótimas safras com garantia de irrigação para todos os produtores são características repassadas com orgulho pelo sindicato. A disposição abundante de recursos naturais primários para a prática da agricultura, somada as configurações climáticas favoráveis da região dão ao município privilégios para a eficácia produtiva das safras.

Porém, a problemática ambiental causada por essas barragens não é ainda considerada como prejudicial, talvez pelo fato das barragens mais antigas datarem apenas 20 anos de construção, ou pela própria disposição farta de recursos naturais.

Os pivôs de irrigação, que já se apropriam da paisagem de Cristalina, são característicos dessa fartura da capacidade hídrica do município, e mais que isso, dão o posto



de município com maior área irrigada da América Latina, segundo os próprios dizeres do presidente Sindicato Rural de Cristalina.

A atuação do Sindicato, que por muitas vezes se mostra muito distante do que comumente associamos de atividades sindicais representativas de grupos de trabalhadores, produtores e de interesses coletivos, traz certo cunho social e democrático quando falamos da água. Por mais que não haja uma aproximação com o produtor rural tradicional (e quando há, ela se apresenta de cunho reformista), a capacidade hídrica das bacias hidrográficas presentes no município torna viável objetivos de garantia de irrigação para todos os produtores.

Temos que lembrar que as práticas de irrigação moderna necessitam altos custos de aplicação de renda da terra diferencial, ou seja, é fundamental a aplicação intensa de capital aos meios de produção rurais para a transformação da produção agrícola tradicional em produção moderna irrigada. Devendo atentar ainda que a agroindústria, representada por empresas multinacionais hegemônicas, é quem detém monopólios no mercado de insumos agrícolas em países de terceiro mundo, aonde aliados às práticas de incentivo fiscal implementadas pelo Estado ditam as regras de concorrência global.

O ideal quase que irrefutável de se desenvolver o campo, através dos novos mecanismos do modo capitalista de produção, traz a necessidade latente da mecanização e reestruturação das relações de trabalho para o aumento produtivo e consequente ampliação dos lucros. Esse progresso se apresenta em curto prazo como dados quantitativos de participações econômicas benéficos para o crescimento de uma nação, desconsiderando as alterações socioespaciais sofridas pela sociedade como um todo.

Ainda que se democratize o progresso, como parece ser a grande luta das atividades apresentadas pelo Sindicato Rural de Cristalina, e mesmo que todos os produtores, independentes de sua condição socioeconômica ou capacidade produtiva, tenham realmente a mesma possibilidade de ascensão econômica é indispensável a discussão referente as consequências sociais da transformação das culturas tradicionais alimentícias em monoculturas extensivas que focam produtos alvo do agro negócio.

Ou seja, é fundamental considerarmos até que ponto a modernização produtiva, o desenvolvimento do setor agrícola, mesmo que efetivamente democrático e indiscriminante

pode ser socialmente benéfico para uma nação, uma vez que as demandas atuais de mercado extinguem mercados locais e produção alimentícia tradicional.

O recorrente discurso da equiparação do pequeno produtor para o mercado concorrencial, e a falta de um posicionamento claro perante aos conflitos do campo evidenciados no município através dos assentamentos existentes, caracteriza o Sindicato Rural de Cristalina como mais uma ferramenta de expropriação do poliprodutor tradicional e da assimilação de suas terras ao montante do horizonte monocultural do agronegócio.

### **3.5 A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio**

O momento presencial de diálogo entre o autor deste trabalho e representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio do município de Cristalina-GO, foi de suma importância para o colhimento de depoimentos que comprovam que, de tão intensas as modificações da segunda metade do século XX, e principalmente a partir de 1980, o município de Cristalina foi absolutamente recriado pelas demandas do mercado externo e pelas subseqüentes políticas estatais de ampliação produtiva na região.

Comparando o discurso dessa instituição com a do Sindicato Rural de Cristalina, podemos estabelecer uma proximidade muito presente nas duas falas: o apoio à modernização da produção agrícola, à atração da agroindústria e ao mercado de *commodities*.

Mais uma vez a preocupação e o foco do discurso apresentado traziam a evidente presença da lógica capitalista de apropriação dos meios de produção na região. De tão fielmente assimilado, o conceito por eles utilizado de desenvolvimento parecia não ter diferenciação com o conceito de progresso, desconsiderado o social.

A degradação ambiental e a problemática social, provocadas pela invasiva e voraz mecanização da cadeia produtiva do município, novamente mostrou-se de ínfima preocupação e por vezes inexistente, principalmente se comparada às metas da expansão produtiva e apoiada na alienada convicção de que a modernização e a geração de lucros desenfreada fazem bem ao município.

Quando as atividades de instituições públicas de uma região abandonam questões sociais e humanas de sua jurisprudência e passam a subconsiderar o cidadão em benefício da geração de lucros, que servirá a poucos que sequer dividem a mesma nação em um mundo globalizado, a região está condenada ao crescente aumento de conflitos e da desigualdade. É a metamorfose das preocupações originariamente econômicas em preocupações políticas (SANTOS, 1996).

As falas proferidas durante o momento de campo, acabaram por mais uma vez, fazendo referência direta à modificação absoluta da economia do município com a ascensão do modo capitalista de produção na região, que em menos de trinta anos reformulou, também ali, as relações produtivas e consequentemente a configuração espacial de Cristalina.

A mudança da atividade representativa do PIB devido ao avanço tecnológico que deixou de lado a extração mineral, outrora fundamental para o município, inclusive responsável pela nomeação dele, substituída pela produção de *commodities* (principalmente a soja) para o mercado externo, é tratada com imenso louvor pela Secretaria.

O cuidado com cultura e os hábitos tradicionais aos poucos refutados pelo desenvolvimento não chegam a fazer frente à ganância pelo lucro, ainda que evidentes em traços específicos dos portadores do discurso desenvolvimentista e do saudosismo em suas histórias.

Talvez o único ponto destoante entre os dois momentos de campo, foi a preocupação demonstrada com o trabalhador rural, sendo aqui melhor quisto no discurso. Tendo em vista sua importante função na produção de mais valia, inclusive com pomposas falas de aumento de empregos, a Secretaria tenta ilustrar o que ela acredita ser um desenvolvimento baseado no combate ao desemprego, mas que acaba por não levar em conta os baixos salários e a crescente desvalorização da mão de obra não qualificada natural de Cristalina. Promovendo assim mais uma situação favorável para a intrusão de atores externos.

Mão de obra essa, desqualificada e substituída, que muitas vezes foge do campo sem fugir de onde está, apenas sendo reempregada na indústria, que de tão atraída agora se estabelece próxima à produção primária, reorganizando as relações de trabalho aonde se instala.

Se gabar de grandes aumentos da procura por mão de obra é esquecer que essa mesma mão de obra servirá aos interesses não só de um mercado externo, mas também de uma agroindústria hegemônica do mercado de insumos agrícolas. Em uma região já apropriada pelo agronegócio, e que não viu seu PIB sendo transformado em verdadeira qualidade de vida para a população, acreditar que o aumento da proletarianização seja benéfico é ver seu povo se reproduzir em mesmas condições, apenas cercados por mais máquinas, numa suposta evolução do consumo popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande e histórica concentração de terras nas mãos de poucos que é característica principal da configuração do território brasileiro desde o período colonial. A precariedade das condições de vida do trabalhador do campo, que sempre se apresentou subserviente e, as políticas públicas grosseiramente preocupadas com a modernização produtiva e com o papel agroexportador brasileiro são heranças conservadas que se perpetuam e expõem a problemática do regime de latifúndios no Brasil.

A arcaica estrutura fundiária nacional, aliada à disseminação do modo de produção capitalista no mundo e todas as suas ferramentas de apropriação territorial e espacial, contribui não apenas para a manutenção de um campo desigual e marcado por conflitos, mas também para um contingente crescente de brasileiros inconformados com a questão agrária e que se posicionam contrários à propriedade rural e ao setor agrícola do nosso país.

Visando a equiparação em mercado e o aumento produtivo perante a crescente demanda consumista, o mercado globalizado de *commodities*, assim como a consequente transformação da economia de países produtores de matéria prima, são historicamente responsáveis por injustiças sociais como o inchaço populacional geograficamente desordenado e a má distribuição de renda.

A modernização dos meios de produção, a indústria que se insere em zonas rurais e toda a mudança severa nas relações trabalhistas de um novo meio técnico-científico-informacional, trazem a característica cada vez mais indissociável do espaço rural e do urbano dos dias de hoje.

A cidade, sede da atração das modernas práticas capitalistas que se reproduzem no contexto urbano, aliado a tecnificação da cadeia produtiva no setor agrícola nacional, promoveu o inchaço populacional nas zonas urbanas brasileiras causado por um êxodo rural pós década de 1940, momento da efetiva disseminação do modo capitalista de produção e modernização produtiva, e é hoje sede da frustração de um subproletário imigrante e bucólico, saudosista de sua cultura e hábitos abandonados pela expulsão de seu meio original.

Uma vez que o espaço é recriado por um novo modo de produção, o capitalista, e considerando que esse modelo provoca alterações profundas na socioeconomia de onde se apropria, as relações produtivas se readaptam. Quando não são acompanhadas de uma efetiva reforma quem é desfavorecido acaba sendo sempre o elo mais fraco dessa mesma relação: o proletário.

Não bastando a voraz modificação provocada pelos tendenciosos ideais de desenvolvimento capitalista, os conflitos sociais no campo e a luta do trabalhador rural brasileiro, presentes e incômodos ao sistema vigente, se ampliam em consequência dessa tão almejada expansão produtiva em detrimento do solo, de biomas, dos espaços e dos mercados locais.

As relações trabalhistas que paulatinamente desfavorecem a classe trabalhadora, principalmente a mão de obra básica, tendem ao caos do excedente de reserva e inchaço urbano consequente da expulsão de trabalhadores rurais de seu meio de produção tradicional, agora modernizado.

Todas essas questões, e as nuances relativas às suas representações em cada localidade, puderam ser absolutamente evidenciadas com o estudo de caso aqui apresentado. Observando tendências, movimentações e alterações econômicas de nível mundial em dinâmicas produtivas regionais, podemos estabelecer uma proximidade com os fatos, que outrora parecem tão externos, e entender melhor as questões que permeiam a atual e massiva teorização sobre o campo e a agricultura do Brasil.

O município de Cristalina se torna, dessa forma, exemplo significativo das readaptações socioespaciais provocadas pelas alterações econômicas provenientes da expansão do modo capitalista de produção, da disseminação do meio técnico-científico-informacional e da apropriação de dinâmicas locais pelo mercado globalizado.

É o crescimento do setor agrícola sendo bem quisto pela lógica capitalista, entrelaçando o conceito de desenvolvimento e o ideal de progresso tal qual, superficialmente, aparentam não possuir distinção.

A acelerada reconfiguração pelo qual passou o município de Cristalina com o advento do pós-guerra, considerando aqui todas as consequências já abordadas da vitoriosa

apropriação do capitalismo no mundo, é apenas uma exemplificação local entre tantas outras que sofreram uma reviravolta socioeconômica, cultural e espacial de maneira agressiva.

O próprio nome do município, que faz menção as antigas práticas de extração mineral que um dia foram representativas da economia local, já não mais condiz com a expansiva fronteira agrícola agora modeladora da paisagem na região Centro Oeste do Brasil. Os garimpos de quartzo e outros minerais interessantes outrora à indústria bélica da segunda guerra, foram substituídos por imensos pivôs de irrigação com máquinas quilométricas e maquinário pesado e agora servem a outra indústria externa e hegemônica: o agronegócio.

É a renda da terra diferencial se inserindo no campo moderno na forma de capital fixo fruto das necessidades de modernização para a inserção na nova lógica de insustentáveis demandas consumistas de um mercado globalizado.

As representações do Estado em escala local, mesmo instituídas com fins de promover controle, fiscalização e incentivo de forma democrática e irrestrita, mostram-se contraditoriamente sendo mais uma ferramenta importante para a reprodução do agronegócio em caráter local no município de Cristalina.

Por mais que tragam consigo um posicionamento de apoio a pequenos produtores, ou a agricultura familiar de subsistência, as atividades institucionais do município aqui estudado acabam por objetivar a transformação daqueles que não apresentam interesses para o mercado externo. Na tentativa de inseri-los na concorrência do grande mercado ou da retirada dessa propriedade dita improdutiva, o Estado apoia e financia ora o processo de expropriação, ora o processo de inserção da produção tradicional na lógica do capital.

Enquanto o Estado brasileiro promover políticas de âmbito sociais que se intitulam reformistas e que por vezes sequer evidenciam resultados claros para a problemática da desigualdade social no país, as relações no campo brasileiro continuaram por serem pastoreadas pela lógica do capital externo e pelas demandas de um mercado globalizado.

Por mais que aparente ser uma medida incabível, considerando o vigente modelo político econômico mundial, a necessidade de uma revolução agrária (ao invés de uma simples reforma) vem se mostrando uma forte demanda social, que talvez nos pareça tão impossível devido à grandeza e da proximidade, promovidas por um mundo globalizado, de

setores que não obteriam lucro com tal mudança de cunho social. A constante massa de inconformados, principalmente no campo de países de terceiro mundo e aqui evidenciada a problemática agrária do Brasil, vem demonstrando a desaprovação de cada vez maior número de trabalhadores para com o modelo produtivo vigente.

Enquanto os ideais consumistas e soberbos que são reproduzidos em todas as escalas da sociedade não forem desmascarados pela insustentabilidade da lógica capitalista, constante será a manutenção das práticas problematizadas nesse trabalho. Sendo pelo alcance de níveis intoleráveis do caos urbano ou pela degradação absoluta dos recursos naturais, o modelo político econômico que conhecemos hoje prevê seu colapso.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Daniel Ramos de. *O Desenvolvimento Capitalista no Campo Brasileiro. Revolução Verde, Agricultura e Capitalismo: O Livro Cinza do pacote tecnológico do agronegócio*. FEAB, 2 Edição, 2011. p 13.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasse. *Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. Revolução Verde, Agricultura e Capitalismo: O Livro Cinza do pacote tecnológico do agronegócio*. FEAB, 2 Edição, 2011. p 28.
- BESSA, Lara Kênia de. *As Plantações de Soja e o Impacto Ambiental causado na Água e Solo na Região do Cerrado/ Centro – Oeste/ Cidade de Cristalina – Goiás*. Universidade Católica de Goiás, Vice – Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, GO, 2006.
- BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2 Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. *Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3), p.461-474, 2010.
- DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. *A concept of Agribusiness*. Boston: Havard University Press, 1957.
- EISENBERG, José. *A escravidão voluntária dos índios do Brasil e o pensamento político moderno*. Análise Social, UFMG, vol. XXXIX (170), 2004, p 7-35.
- ELIAS, Denise. *Agricultura Científica no Brasil: Impactos Territoriais e Sociais*, p. 315-338, 2003.
- ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA, Presidente Prudente*, Ano 9, n.8, p. 29-51, 2006
- FILHO, Fadel D. A. *Globalização: para quem?*. Geosul, v.17, n.33, 2002
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da Capitania de São Vicente*. Edições do Senado Federal. Vol. 25. Brasília, 2004.
- MAMIGONIAN, Armen. *The Latin-American industrialization: brazilian case*. Revista Brasileira Geográfica - IBGE, Rio de Janeiro, 1992.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Entre o Campo e a Cidade: Formação e Reprodução Social da Classe Trabalhadora Brasileira*. Agrária, São Paulo, N 5, p 170-185, 2006.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

NABARRO, Sérgio Aparecido; SUZUKI, Júlio César. *A Renda da Terra nos Autores Clássicos*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas. AGB. ENG. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos avançados, São Paulo, V.15, N.43, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Entre o Campo e a Cidade: Formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira*. AGRÁRIA, São Paulo, N 5, pp. 170-185, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2ª Ed, São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p

PEIXOTO, Antônio Carlos. *Porto Belo: Santa Catarina (1500 – 1600)*. Volume I – Descobrimento. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora MCE, 2009.

ROMPATTO, Maurílio. *Formação do Estado Nacional Brasileiro*. Akropolis, Umuarama, v. 9, n.4, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STURZA, Janaína Machado. *Caderno de Direito Agrário Dom Alberto / Janaína Machado Sturza*. Santa Cruz do Sul. Faculdade Dom Alberto, 2010.

SOFFIATI, Arthur. *A ecologia e a nova constituição brasileira*. Edicon, 1987.

ZYLBERSTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava. *Economia e gestão de negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

FERRO, Fernando; PEDROSO, Maria Thereza. *Agronegócio x Agricultura Familiar: podemos fazer um debate menos maniqueísta?*. Artigos, AFFA Sindical, Brasília, 2014 (Disponível em: [http://www.anffasindical.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=492:artigo-agronegocio-x-agricultura-familiar-podemos-fazer-um-debate-menos-maniqueista&catid=36&Itemid=213](http://www.anffasindical.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=492:artigo-agronegocio-x-agricultura-familiar-podemos-fazer-um-debate-menos-maniqueista&catid=36&Itemid=213))

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVI a XIX*. Novos estudos, CEBRAP. N 74. São Paulo, 2006. (Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007&script=sci_arttext), 25/03/2014 às 14:00)